CENTRO UNIVERSITÁRIO UNICARIOCA
MESTRADO PROFISSIONAL EM NOVAS TECNOLOGIAS DIGITAIS NA EDUCAÇÃO

Angélica Gonçalves

O SABER E O FAZER DO PROFESSOR DE APOIO ESPECIALIZADO: O PROCESSO DE INCLUSÃO DO ALUNO COM DEFICIÊNCIA

Rio de Janeiro
2023

Angélica Gonçalves

O saber e o fazer do professor de apoio especializado: o processo de inclusão do aluno com deficiência

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Novas Tecnologias Digitais na Educação do Centro Universitário UniCarioca como parte dos requisitos necessários para a obtenção do Título de Mestre em Novas Tecnologias Digitais na Educação.

Orientadores: Profa. Dra. Verônica Eloi de Almeida
Prof. Dr. Alessandro Jatobá

Rio de Janeiro
2023

ANGELICA GONÇALVES

O Saber e o Fazer do Professor de Apoio Especializado

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Novas Tecnologias Digitais na Educação do Centro Universitário UniCarioca como parte dos requisitos necessários para a obtenção do Título de Mestre em Novas Tecnologias Digitais na Educação.

A Presidente da Banca, abaixo assinado, atesta que os membros da banca participaram desta defesa de dissertação.

Examinado por:

gov.br Documento assinado digitalmente
VERONICA ELOI DE ALMEIDA
Data: 09/08/2023 17:05:50-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Profa. Veronica Eloi de Almeida, D. Sc. (UniCarioca)
Presidente da Comissão Examinadora

Profa. Rosa Lidice de Moraes Valim, D. Sc. (UniCarioca

Profa. Fabiane Bravo de Martins Bastos, D. Sc. (IBC)

Rio de Janeiro

2023

G635s Gonçalves, Angélica

O saber e o fazer do professor de apoio especializado: o processo de inclusão do aluno com deficiência / Angélica Gonçalves. – Rio de Janeiro, 2023.

129 f.

Orientadores: Verônica Eloi de Almeida e Alessandro Jatobá

Dissertação (Mestrado Profissional em Novas Tecnologias Digitais na Educação) - Centro Universitário UniCarioca, Rio de Janeiro, 2023.

1.Professor de apoio especializado. 2.Mediador. 3.Inclusão. 4. Educação especial. 5.Educação inclusiva. 6.Tecnologia assistiva. I. Almeida, Verônica Eloi de, prof. orient. II. Jatobá, Alessandro, prof. orient. III. Título.

CDD 370.71087

Dedico este trabalho a meu esposo, meus filhos, meus pais, alunos e em especial aos companheiros professores de apoio, que seguem firmes na defesa de uma educação inclusiva de direitos e equidade.

AGRADECIMENTOS

A Deus, minha inspiração de vida, sentido e direção dos meus caminhos. À memória dos meus pais que me ofereceram o maior bem que pude receber nesta vida, o estudo. Saudades que não têm fim.

Ao meu marido, Mychael, o amor de uma vida inteira, minha paz, onde encontro mãos para segurar, alívio para recomeçar, abraço para acalmar, palavras para cuidar, sublime amor.

Aos meus filhos, Lucas e Daniel, razão de tudo, sentido de tudo, amor incondicional, quem eu sou e quem também quero ser, me inspiram, me ensinam e me fazem entender o que é o amor.

Agradecimento especial à minha orientadora, Verônica Eloi, sem você eu não teria conseguido, obrigada por tudo.

Ao professor Alessandro Jatobá, orientador e mestre.

Às amizades do mestrado para a vida.

Aos meus amigos e familiares que demonstraram estar ao meu lado em apoio e amor com todo incentivo neste processo, aqueles que sempre estiveram por perto e me auxiliaram nos momentos mais difíceis.

Aos meus amores Gabriel, Isabela e Pedro, o mais puro amor, a mais perfeita paz e docilidade da infância.

Em especial, aos meus alunos, maior inspiração e aprendizado, o centro de tudo.

Quando o homem compreende a sua realidade, pode levantar hipóteses sobre o desafio dessa realidade e procurar soluções. Assim, pode transformá-la e o seu trabalho pode criar um mundo próprio, seu Eu e as suas circunstâncias.

(Paulo Freire, 2001)

RESUMO

Este trabalho trata de uma revisão sistemática sobre o saber e o fazer do professor de apoio especializado, buscando identificar e discutir sobre a atuação do professor no processo de inclusão do aluno com deficiência, as subjetividades e a profissionalidade docente dos professores de apoio especializado. Na presente pesquisa, buscamos observar e refletir sobre as experiências e atuações do professor de apoio especializado e seu lugar na constituição e elaboração de sua prática na dinâmica da inclusão dos alunos. Este trabalho também apresenta um *e-book* como proposta de ferramenta de educação continuada para a formação docente que englobe o fazer dos professores de apoio especializado e a tecnologia assistiva na prática pedagógica no processo de inclusão. Houve uma crescente matrícula de alunos público-alvo da Educação Especial na escola regular, e nesse contexto se faz mister pensarmos na formação, no saber e fazer dos professores para atuar com os alunos em seu processo de inclusão. Neste contexto, analisamos e questionamos o percurso e as vicissitudes do professor de apoio especializado em sua formação e atuação profissional no processo educacional de construção do aprendizado do aluno com deficiência. A pesquisa busca compreender as dificuldades de inclusão dos alunos com deficiência, o lugar do professor de apoio especializado no processo escolar, as relações dentro da escola, principalmente com o professor regente, viabilizando práticas inclusivas que promovam a equidade, favorecendo a interação de todos na escola, as exigências e demandas no cotidiano escolar e como a prática contribui para o desenvolvimento dos alunos, podendo sua inexistência prejudicar a inclusão do aluno com deficiência, impossibilitando uma educação para todos e uma escola democrática e igualitária.

Palavras-chave: Professor de apoio especializado; mediador; inclusão; Educação Especial; Educação Inclusiva; tecnologia assistiva.

ABSTRACT

This work deals with a systematic review on the subject of the knowledge and actions of the Specialized Support Teacher, seeking to identify and discuss the teacher's role in the process of inclusion of students with disabilities, the subjectivities and teaching professionalism of teachers of specialist support. In this research, we seek to observe and reflect on the experiences and actions of the specialized support teacher and their place in the constitution and elaboration of their practice in the dynamics of students' inclusion. This work also presents an e-book as a proposal for a continuing education tool for teacher training that encompasses the work of specialized support teachers and assistive technology in pedagogical practice in the inclusion process. There was a growing enrollment of students targeting special education in regular schools and in this context, it is necessary to think about the training, knowledge and actions of teachers to work with students in their inclusion process. In this context, we analyze and question the journey and vicissitudes of the specialized support teacher in his training and professional performance in the educational process in the construction of learning for students with disabilities. The research seeks to understand the difficulties of inclusion of students with disabilities, as well as the place of the specialized support teacher in the school process, the relationships within the school, mainly with the regent teacher, enabling inclusive practices, where it promotes equity, favoring interaction of everyone in the school, the demands and demands in the school routine and how the practice contributes to the development of the students, and its absence may harm the inclusion of students with disabilities, making it impossible to provide an education for all and a democratic and egalitarian school.

Keywords: Specialized support teacher; mediator; inclusion; Special Education; Inclusive Education; assistive technology.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Plano de comunicação alterativa - TA 36
Figura 2 – Plano de comunicação alternativa - TA 36

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Panorama nacional de leis e regulamentações da função de apoio à inclusão.....28
Quadro 2 – Demonstração resumida de PEI 33
Quadro 3 – Demonstrativo de especificidades, práticas, recursos ou TA.....35
Quadro 4 – Da integração escolar à educação inclusiva: síntese 40
Quadro 5 – Resumo dos artigos 47
Quadro 6 – Caracterização profissional das professoras de apoio 58

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AEE	Atendimento Educacional Especializado
APAE	Associação Paes e Alunos do Excepcional
CEB	Câmara de Educação Básica
CIM	Centro de Inclusão Municipal
CNE	Conselho Nacional de Educação
CNE	Conselho Nacional de Educação
DNEE-EB	Diretrizes Nacionais para a Educação o Básica
DUDH	Declaração Universal dos Direitos Humanos
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
IBC	Instituto Brasileiro de Cegos
INES	Instituto Nacional de Surdos
LBI	Lei Brasileira de Inclusão
LDB	Lei de Diretrizes e Bases
LDBEN	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
LIBRAS	Língua Brasileira de Sinais
MEC	Ministério da Educação
PEI	Plano de Ensino Individual
PNE	Plano Nacional de Educação
PNEDH	Programa Mundial de Educação em Direitos Humanos
PNEE	Plano Nacional de Educação Especial
PNEEPEI	Política Nacional de Educação Especial, na Perspectiva da Educação Inclusiva
TA	Tecnologia Assistiva
TEA	Transtorno do Espectro Autista
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO 13
1.1 O percurso histórico da Educação Especial e Inclusiva 14
1.2 Inquietação 23
1.3 Caracterização do problema 24
1.4 Objetivo geral 25
1.5 Objetivos específicos 25
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA 27
2.1 O professor de apoio no processo de inclusão 31
2.2 Atribuições do professor de apoio 36
2.3 Professor de apoio e professor regente 38
2.4 Equidade e inclusão 41
2.5 Tecnologia assistiva – TA 42
3 MÉTODO 44
3.1 Revisão sistemática da literatura 44
4 RESULTADOS 46
4.1 Estudo 1: O papel do profissional de apoio no processo de inclusão escolar de alunos com deficiência física 48
4.2 Estudo 2: Atendimento Educacional Especializado: estudo de caso das práticas educativas de professores de apoio na rede pública 50
4.3 Estudo 3: Educação Inclusiva: a atuação do Professor de Apoio 52
4.4 Estudo 4: Política de Educação Especial e os Desafios de uma Perspectiva Inclusiva 54
4.5 Estudo 5: O trabalho pedagógico do Professor de Apoio na inclusão de alunos com Transtorno do Espectro Autista 56
4.6 Estudo 6: Atitudes Sociais de Professores em Relação à Inclusão: Formação e Mudança 60
4.7 Estudo 7: Educação inclusiva: uma escola para todos 61
4.8 Estudo 8: A Educação Inclusiva e o Professor de Apoio 62
4.9 Estudo 9: O professor regente e o professor de apoio em sala de aula inclusiva 63
4.10 Estudo 10: Mediação escolar: sobre habitar o entre 64
4.11 Estudo 11: Considerações acerca da tecnologia assistiva no cenário educacional brasileiro 66
4.12 Estudo 12: Trabalho colaborativo entre os professores do ensino regular e da educação especial 67
5 DISCUSSÃO 69
6 CONCLUSÃO 71
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 74

1 INTRODUÇÃO

A Educação Especial e Inclusiva faz parte de minha trajetória de trabalho por 18 anos. Assim como ela cresceu em minha vida, se tornando hoje uma jovem em minha companhia, eu cresci com ela, acompanhando seu percurso histórico e suas transformações, e fui investida e modificada por ela ao longo da jornada. Temos muitas histórias, alegrias e decepções, mas chegamos juntas nesta caminhada de transformação, minha e dela, ao longo da qual muitas coisas mudaram.

Meu interesse despontou com força e causa quando iniciei meu trabalho no CIM (Centro de Inclusão Municipal Hellen Kelen), no município de São Gonçalo, Rio de Janeiro, com oficinas de atendimento para alunos da rede que possuíam dificuldades de aprendizado e deficiência. Percebi, assim, a falta de conhecimentos relativos a essa área, visto que naquela época – ano 2004 – as pessoas com deficiência ainda estudavam em classes especiais, uma longa jornada até chegar na inclusão em classes regulares. Dessa forma, a busca por conhecimento foi se tornando cada vez mais urgente e necessária. A questão de como lidar com os alunos que necessitavam de atenção diferenciada para serem pertencentes ao sistema de ensino como os demais surge como dúvida dos professores, e se torna constante a busca pela resposta para a pergunta: recebi um aluno com deficiência, e agora?

Nessa trajetória profissional, trabalhando com a Psicologia e a Educação, marcada pela Educação Especial e Inclusiva, iniciei, no ano de 2019, o trabalho como Professora de Apoio Especializado concursada na rede de Niterói, no Rio de Janeiro, campo de atuação que trouxe um novo lugar profissional, marcado imediatamente por inúmeras questões relacionadas a um novo olhar sobre a inclusão dos alunos com deficiência na sala regular de ensino. Cabe ressaltar que este foi o primeiro concurso público para professor de apoio especializado nessa rede, assim, muitos desafios profissionais ligados ao trabalho foram surgindo, e, analisando o dia a dia desse tipo de professor e sua prática, percebi que precisamos debater muito sobre o tema e avançar no percurso para entender cada vez mais o lugar do professor de apoio na inclusão dos alunos.

Neste sentido, a prática do professor de apoio e a formação continuada têm suscitado diversas pontuações, levando a diversos questionamentos sobre como lidar com a crescente demanda de alunos com deficiência incluídos em salas regulares de ensino, a importância do professor de apoio na inclusão de alunos com deficiência, sua trajetória formativa, seu saber e fazer pedagógico e os resultados para o desenvolvimento do aluno com deficiência na escola.

Com isso, entendemos que precisamos falar sobre os professores de apoio na inclusão em escolas, os percursos que estão acontecendo nessa função, sua história dentro da Educação Especial e Inclusiva e ainda levantarmos questionamentos urgentes sobre o fato de que sua importância e atuação ainda se encontram em construção, apesar de termos documentos que respaldem seu trabalho. Assim, por se tratar de um profissional recente, ainda precisamos caminhar para termos mais referências literárias que possam evidenciar e elucidar sua prática. Ressaltamos a importância de pesquisas com foco no professor de apoio especializado, bem como a relevância do tema e suas demandas urgentes. Aspectos importantes de sua prática necessitam de atenção e mais conhecimentos, pois suas especificidades são perceptíveis no cotidiano da escola, como sua formação profissional, sua prática em sala de aula, sua relação com os alunos, professores regentes e todos os profissionais da educação.

Compreendemos que se faz importante uma revisão bibliográfica da literatura pertinente ao tema, com o intuito de buscar um panorama brasileiro da atuação do professor de apoio especializado na perspectiva da Educação Especial e Inclusiva. Neste sentido, se faz importante refletir sobre as demandas da inclusão no aspecto escolar e na dinâmica da sala de aula e sobre as exigências presentes no processo da prática inclusiva do professor de apoio na mediação do aluno com deficiência, assim como analisar a formação dos professores para o desenvolvimento da Educação Inclusiva, o ensino colaborativo com o professor regente e as relações com todos os alunos e profissionais da escola, construindo práticas que favoreçam os alunos com deficiência constituídas pelo seu saber e fazer pedagógicos.

Assim, por meio da revisão sistemática de artigos publicados, buscamos refletir sobre o processo de inclusão do aluno com deficiência na escola e sala de aula regulares, na perspectiva do professor de apoio especializado, quanto às suas atribuições, práticas e entraves, tendo como referência a equidade e utilizando as tecnologias assistivas como aliadas no processo de inclusão, construindo ainda uma proposta de *e-book* para contribuir e demonstrar a prática do professor de apoio especializado.

1.1 O percurso histórico da Educação Especial e Inclusiva

O processo de inclusão escolar tem em sua história marcos importantes de transformações e evoluções. Entender o percurso diante da história, as lutas e os movimentos em prol da inclusão são pontos muito importantes para compreendermos ações e percalços dos movimentos em busca da defesa de uma educação inclusiva.

A prática cotidiana dos alunos e professores nas escolas não tem sido nada fácil ao longo de décadas, em especial para os alunos com deficiência. É necessário ampliar o campo de conhecimentos e de formação dos educadores para as entrelinhas da inclusão, de modo a contribuir para uma escola aprendente, baseada em práticas comunitárias, dando voz aos deficientes na busca pela superação do hiato entre as ações educacionais e inclusivas, entre escola e sociedade, gerando indivíduos singulares e autores de suas próprias histórias, longe dos preconceitos e estigmas.

As políticas públicas surgem como tentativas de garantir direitos aos deficientes, e podemos destacar que a fundamentação da inclusão está no marco iniciado com a aprovação da Constituição Federal (1988), a Declaração de Salamanca (1994) e a Lei Brasileira de Inclusão (1996), derrubando resistências, memórias de exclusão e fragmentação da pessoa com deficiência e reduzindo muros que operacionalizam a confluência entre inclusão, escola e sociedade. Concorrer para uma escola voltada para a vida do deficiente, compartilhada e pluralizada, sobretudo pautada na educação inclusiva, com instrumentos legais para promover o debate, a construção e o aprimoramento do lugar do aluno com deficiência, ganha notoriedade, levantando o questionamento sobre a superficialidade das identidades mensuradas como normais, destacando a multiplicidade e garantindo não somente a diversidade, mas também o direito à diferença. A diversidade, neste sentido, se torna inerte, improdutiva, pois o que se preconiza é a multiplicidade, visto que esta gera e propulsiona o efeito da diferença, construindo identidades, singularidades e percebendo a pessoa como única (SILVA, 2000).

Caminhando no percurso da história da singularidade da Educação Especial e Inclusiva, a pessoa com deficiência talvez seja o ponto mais frágil na articulação da escola, dos direitos, do educar, do cuidar e da linha tênue entre aprender e ensinar. Vimos uma escola sem protagonismo para os deficientes, na qual, entre gerações, sua participação no ambiente escolar e na sociedade não existia. Neste ponto podemos perceber o quanto a prerrogativa ou a exclusividade dos não deficientes são prioridades, gerando equívocos sobre as potencialidades daqueles que possuem deficiência.

No contexto histórico do século XVII, as pessoas com deficiência, especialmente as mentais, estavam totalmente às margens da sociedade, segregadas, em sua maioria internadas em orfanatos, manicômios, em instituições que acolhiam diversas pessoas com diferentes diagnósticos. Outro fato dentro das internações era o caráter de subjetividade dos critérios diagnósticos, pois as pessoas internadas tinham condições distintas: algumas eram pessoas com deficiência, outras eram doentes sem deficiência (AMARAL, 2001). Neste aspecto, a história em relação à inclusão de pessoas com deficiência evidência que desde a Antiguidade lhes era

negado o convívio social, e essas pessoas eram mantidas em clausuras em suas casas ou em locais para tratamento. Assim, as discussões sobre os alunos com deficiência e o percurso da pessoa com deficiência são acompanhados por uma intensa subordinação à precariedade civilizatória da história da educação.

A partir de declarações, leis, convenções, decretos e políticas que estão sendo elaboradas desde meados do século XX, como a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), a Declaração Mundial de Educação para Todos (Declaração de Jomtien, 1990), a Declaração de Salamanca (1994) e a Convenção da Guatemala – Convenção Interamericana para Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra as Pessoas Portadoras de Deficiência (1999), podemos considerar que as lutas foram fundamentais para que pudesse chegar ao cenário atual de inclusão de pessoas com deficiência no ambiente escolar.

Cabe ressaltar que atualmente a nomenclatura convencionada pela ONU (Organização das Nações Unidas) e adotada pelo Brasil é *pessoa com deficiência*, e não *pessoa portadora de deficiência*. A partir do ano de 2006, após o Estatuto da Pessoa com Deficiência (BRASIL, 2006), os termos utilizados passam a ser *pessoa com deficiência* e *aluno com deficiência*.

A educação por muitos anos foi privilégio de uma minoria econômica. A Educação Especial surgiu ainda neste contexto e caminhou em um processo histórico até chegar na Educação Inclusiva. Os termos *especial* e *inclusiv*a denotam em sua essência diferenças importantes. Podemos pensar que na Educação Inclusiva a proposta principal seja eliminar os obstáculos que limitam a aprendizagem. A Educação Inclusiva surgiu diante de muitas lutas pautadas na organização e leis para as pessoas com deficiência. Por outro lado, podemos entender que a Educação Especial tem sido considerada como uma educação de pessoas com deficiências, chamadas de “clientelas”. Uma educação para pessoas dentro desse contexto seria “especial”, conforme contido nos textos da Lei nº 4.024/61 e da Lei nº 5.692/71, substituídas pela nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394/96 (BRASIL, 1996). O que se viu diante das práticas educativas foram normativas postulando uma Educação Especial de características doutrinárias, caracterizada por leis e atuações mais isoladas, pautadas nas deficiências.

Não parece um ponto fora da curva o fato de que as deficiências chegam às escolas, porém as práticas educacionais vão se tornando um dilema para os educadores, para as famílias de pessoas com deficiência e principalmente para os próprios alunos com deficiência, que são imersos entre os muros da escola, cumprindo protocolos. A Educação Inclusiva possui a proposta de unificar os alunos, de constituir um lugar de oposição a costumes e convenções, simbolizando a renúncia ou negação do senso comum, se preocupando com o todo, o coletivo,

onde alunos possam estar juntos independentemente de terem deficiência, com acesso a direitos de forma ampla e universal, chegando a uma posição de protagonismo, onde possam estar preparados para o convívio social a partir da escola, incluindo a todos, sem deixar ninguém de fora, sem distinções, uma escola que possibilite o acesso e a permanência dos alunos, removendo todas as barreiras para a aprendizagem (BLANCO, 2003).

Ao pensar em direitos, precisamos pensar em educação, em inclusão, que constitui lugares e experiências, em posições progressistas em termos de visão de mundo, em novos modelos de ensino e aprendizagem que resguardem os direitos das pessoas com deficiência, assegurando em todos os níveis o aprendizado ao longo da vida, desenvolvendo suas habilidades e seus talentos em todas as formas, apesar da deficiência ou com a deficiência, de acordo com suas necessidades, como preconiza o Artigo 27, do Capítulo IV, da Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (BRASIL, 2015).

O primeiro marco histórico do movimento da Educação Especial no Brasil passa pela criação de escolas especializadas, como o Imperial Instituto dos Meninos Cegos, atualmente Instituto Benjamin Constant (IBC), em 1854. Nesse percurso histórico, após Dom Pedro II criar o IBC (Instituto Brasileiro de Cegos), três anos mais tarde, em 1857, surge uma escola para surdos, o Instituto Nacional Escola se Surdos (INES). Em 1874, ainda no Brasil Império, os deficientes intelectuais são autorizados a receber tratamento, sendo criado, na Bahia, o primeiro hospital psiquiátrico, conhecido até os tempos atuais como Hospital Juliano Moreira (MAZZOTTA, 1996). Assim, passam a existir três instituições para o cuidado e o atendimento das pessoas com deficiência: o IBC, o INES e o Hospital Juliano, que são marcos na Educação Especial, abrindo a discussão para inclusão no Brasil. Já no século XX, no estado do Rio Grande do Sul, na cidade de Canoas, no ano de 1926, foi criada a Pestalozzi, influenciada pela educadora e psicóloga Helena Antipoff (LANA JÚNIOR, 2010).

Na história ocidental, no período anterior ao século XIX, as pessoas com deficiência eram tratadas de forma fragmentada e excluída, sendo aquele um momento hoje conhecido como fase de exclusão, na qual muitas pessoas com deficiência e/ou condições diferenciadas eram vistas sem o direito de estar no ambiente escolar, sendo consideradas indignas de receber uma educação formal, sofrendo preconceitos e discriminação, ocorrendo inclusive o infanticídio nas sociedades antigas, quando se observava alguma anormalidade na criança, pois se acreditava que as deficiências possuíam causas sobrenaturais em decorrência de pecados cometidos, sendo as anormalidades consideradas uma forma de punição.

A partir de 1930, acontece um movimento na sociedade civil, que começa a se organizar em associações de pessoas que estão preocupadas com a questão do deficiente. Com isso, a

esfera governamental caminha para instaurar algumas ações que visem as peculiaridades desses alunos, criando escolas junto aos hospitais. Também surgem locais que atendem de forma especializada os deficientes, como clínicas, institutos psicopedagógicos e outras reabilitações no conjunto da educação geral, com aspectos meramente deixados pelas mudanças capitalistas mundiais (JANNUZZI, 2004).

Com a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948) e a criação dos institutos, o Brasil inicia um processo muito lento em relação à discussão da inclusão dos alunos com deficiência em classes regulares. Assim, se introduz um tempo decisivo na representação da pessoa com deficiência, surgindo as escolas e classes especiais, sendo a Associação de Pais e Amigos do Excepcional (APAE) fundada em 1954, na cidade do Rio de Janeiro. Em 1961, surge no Brasil um dos primeiros documentos para discussão da inclusão, mesmo que de forma ainda discreta, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, Lei nº 4.024, com o título *Educação de Excepcionais*, que ainda traz os deficientes com um conjunto de traços humanos que enfatizam a patologia, mas abre espaço para que possam se integrar a partir de iniciativas privadas, ofertando bolsas de estudo, empréstimos e subvenções, a fim de que, perante os conselhos estaduais de educação, recebessem tratamento diferenciado, ou seja, quando a iniciativa privada aceitasse a educação para os ditos excepcionais, receberia privilégios.

Tendo que lidar com os efeitos da Educação Especial, a Educação Inclusiva inicia o debate em todo o território nacional sobre a inclusão de alunos com deficiência, a partir do ano de 1988, com a promulgação da Constituição Federal, conhecida como Constituição Cidadã, baseada na Declaração Universal dos Direitos do Homem, que estabelece os direitos de todos, assim como os deveres do Estado e da família, gerando pleno desenvolvimento da pessoa para a cidadania e para o trabalho. Após a promulgação da Constituição Federal de 1988, foram sancionados, em 1989, a Lei Federal nº 7.853, que resulta no apoio à pessoa com deficiência, visando sua integração social, e, em 1990, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que dispõe a proteção integral da criança e do adolescente. Esperava-se, a partir do ECA, um compromisso real com os deficientes e a positividade de direitos garantidos, contudo, mesmo com o estabelecimento do ECA, em relação à inclusão dos alunos com deficiência um longo percurso ainda precisa ser avançado e direcionado para a equidade e contra a exclusão.

Em 1994, o Ministério da Educação (MEC) apresentou a Política Nacional de Educação Especial (PNEE), fato muito marcante para o percurso da luta pelo processo de inclusão, porém criticável pelo fato de ter uma aspiração segregativa, pois suas diretrizes traziam retrocessos na prática inclusiva dos alunos com deficiência, que teriam que estar em um mesmo processo de desenvolvimento dos alunos sem deficiência para serem inseridos em classes regulares. Após

sofrer muitas críticas, o PNEE, no ano de 2007, adquiriu aspiração inclusiva, e assim formou-se um grupo de trabalho para a Política Nacional de Educação Especial, com a nomeação das Portarias nº 555/2007 e nº 948/2007, que entregou ao Ministro da Educação, em 07 de janeiro de 2008, um documento denominado *Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva Inclusiva*, tentando erradicar a discriminação da pessoa com deficiência, visando construir políticas públicas de educação de qualidade para todos os alunos e criticando a Política de Inclusão do MEC, de 1994.

Alguns anos antes, especificamente em 2002, o Conselho Nacional de Educação instituiu as Diretrizes Curriculares Nacionais, que estabelecem que o professor da Educação Básica obrigatoriamente tenha acesso a formação em graduação plena, com currículos um pouco menos autoritários e excludentes, incentivando os professores a desenvolverem saberes nos quais adquiram conhecimentos sobre crianças com deficiência. O marco desse caminho podemos pensar que foi o reconhecimento da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) como segunda língua do Brasil e oficialmente um meio de comunicação.

No ano de 2006, em parceria do Governo Federal com a UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura), surge a Política Nacional de Direitos Humanos, consolidando a inclusão de alunos com deficiência em classes regulares de ensino, percebendo o aluno com deficiência como uma pessoa para além dos pressupostos cognitivos, em sua totalidade social e emocional, criando modelos de experiências educacionais, visando uma educação em direitos humanos que vá além de uma aprendizagem cognitiva, passando por questões do desenvolvimento social e emocional de quem se envolve no processo de ensino-aprendizagem. Dessa forma:

> A educação, nesse entendimento, deve ocorrer na comunidade escolar em interação com a comunidade local. Assim, a educação em direitos humanos deve abarcar questões concernentes aos campos da educação formal, à escola, aos procedimentos pedagógicos, às agendas e instrumentos que possibilitem uma ação pedagógica conscientizadora e libertadora, voltada para o respeito e valorização da diversidade, aos conceitos de sustentabilidade e de formação da cidadania ativa. A universalização da educação básica, com indicadores precisos de qualidade e de equidade, é condição essencial para a disseminação do conhecimento socialmente produzido e acumulado e para a democratização da sociedade (BRASIL, 2006, p. 29).

A inclusão é o percurso ideal para dar garantia de igualdade e de oportunidades para os alunos com deficiência, assumindo a perspectiva do outro enquanto pessoa de direitos, com novas configurações funcionais, permitindo que possam interagir socialmente, estabelecendo trocas e uma sociedade igualitária e de equidade, consciente da inclusão. Assim, todos têm ganhos e se desenvolvem. Nessa evolução histórica do processo de inclusão do aluno com

deficiência, a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva Inclusiva e o Decreto nº 6.571 trazem a obrigatoriedade de financiamentos para apoio técnico nos sistemas públicos de ensino e Atendimento Educacional Especializado (AEE) integrado ao Projeto Político Pedagógico (PPP). A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 1996) e o Plano Nacional de Educação (PNE) apresentam como objetivo que a educação da pessoa com deficiência ocorra preferencialmente na rede regular de ensino, prevendo o AEE (Atendimento Educacional Especializado), assim como as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica – Resolução CNE/CEB nº 2/2001 (BRASIL, 2001). Neste sentido, as pessoas com deficiência deixam de ser vistas como incapazes ou incapacitadas, pois eram excluídas da sociedade, postas às margens, e esse processo de mudança precisa ser urgente e de transformações nas atitudes e leis que assegurem os direitos das pessoas com deficiência (CUNHA, 2015).

A partir da criação das mencionadas leis e decretos se inicia um debate importante e decisivo sobre a formação dos professores da educação especial na perspectiva inclusiva, enfatizando a permanência dos alunos com deficiência nas classes regulares de ensino, tendo maior evidência e repercussão com a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 1996), que passa a considerar a educação especial como modalidade de ensino, reformulando saberes e atitudes, estimulando uma educação de experiências e construindo práticas pedagógicas mais legítimas para o desenvolvimento do aluno com deficiência.

Nesse percurso histórico, repleto de desafios que nos permitiram entender que a pessoa com deficiência antes de tudo é um sujeito singular, com aprendizados construídos e não universais, alcançando a noção real e não mais simbólica do processo escolar, surge a função de um professor que em sua totalidade precisa conhecer e compreender as práticas para alunos com deficiência. Por isso, para atuar com inclusão, o professor precisa ter formação específica. A LDBEN dispõe, em seu Artigo 59, que os sistemas de ensino assegurarão, aos educandos com necessidades especiais, professores com formação adequada, em nível médio ou superior, para atendimento especializado, assim como professores do ensino regular capacitados para a integração dos alunos nas classes comuns (BRASIL, 1996).

Nessa perspectiva, a Resolução nº 2, de 11 de setembro de 2001, do Conselho Nacional de Educação e da Câmara de Educação Básica, caminha cada vez mais na direção da possibilidade de dar luz aos saberes sobre incluir, instituindo as Diretrizes Nacionais para a Educação Básica (DNEE-EB), que trata sobre a formação do professor, preconizando que estamos em tempos diferentes, nos quais ao educar alunos com deficiência não pode mais haver

intervalos e lacunas que caracterizem exclusão, e tornando formais as normas de funcionamento da escola para elaborar o projeto pedagógico e a necessidade da presença de professores capacitados e especializados, conforme previsto no Artigo 59 da LDBEN, e com base nas Diretrizes Curriculares Nacionais. Assim, os docentes que atuarem com os alunos com necessidades educacionais especiais necessitam de formação específica sobre educação especial e devem ter desenvolvido competências para identificar as necessidades dos alunos, trabalhando em equipe com todos os profissionais da escola e, de forma mais específica, com o professor regente, realizando atividades em conjunto que possam promover a inclusão dos alunos com deficiência (BRASIL, 2001). O papel desses professores não é somente transmitir conteúdos, e sim entrar em um lugar de escuta, entendendo as entrelinhas do educar em meio às diferenças. De certa forma, isso implica que o professor reposicione suas atitudes, gerando uma amplitude de olhar e práticas que possibilitem ver além do teórico, utilizando também suas experiências para construir o processo de desenvolvimento escolar de seus alunos, sendo compelido a se incluir totalmente no processo de garantia dos direitos dos alunos com deficiência e desenvolvendo sua atuação de forma significativa, em práticas proativas que contribuam para a inclusão.

A emergência do discurso inclusivo e a luta pelas mudanças necessárias para uma escola mais inclusiva e igualitária colocam a sociedade para repensar atitudes e relativizar valores e crenças, a fim de criar parcerias que possam dar frutos de profundas ações democráticas, superando a exclusão da pessoa com deficiência e buscando o debate amplo. Assim, o aprendizado desses alunos e as garantias de seus direitos ecoarão em todos, através de palavras e ações que busquem a equidade no desenvolvimento escolar, contando com a atuação de um professor para auxiliar o aluno exclusivamente em seu processo de inclusão e aprendizado. Com isso, partimos do pressuposto da Organização das Nações Unidas de que pessoas com deficiência não são pessoas que não podem fazer ou existir em todos os espaços, mas são pessoas que têm impedimentos de natureza física, intelectual ou sensorial que as levam a ter barreiras de convivência; porém, elas podem romper e superar desafios inerentes à sua deficiência, para assim conviver na sociedade com todas as outras pessoas (ONU, 2006).

Nesse sentido, esta pesquisa pretende demostrar a importância do processo de inclusão do aluno com deficiência na perspectiva da atuação do professor de apoio especializado, promovendo a inclusão e entendendo os motivos que impedem o aluno de se tornar incluído no contexto escolar, bem como a influência da mediação do professor de apoio, seu saber e fazer pedagógico, e dos aspectos sociais que constituem uma escola necessária para todos, pautada não nos elementos tradicionais do percurso pedagógico, mas em um espaço que promova a

diversidade, dialogando com as necessidades de inclusão do aluno com deficiência, baseada em sua função social, para além da transmissão do conhecimento e do currículo.

A atuação do professor de apoio especializado traz caminhos nesse processo de inclusão, marcando um tempo de acalmar os ruídos entre as práticas da Educação Especial e Inclusiva, gerando reconhecimento do aluno com deficiência no processo escolar, para assim incluir e não diferenciar. Sua atuação precisa estar direcionada em um todo, perfazendo práticas cíclicas que compreendam não somente a deficiência, mas os impedimentos externos que geram as dificuldades dos alunos, entendendo que a inclusão diz respeito a tudo que está no ambiente e em todos, assim a inclusão não se torna uma prática que está olhando apenas para a deficiência, e sim para o todo, que lida diretamente com estudantes em seu processo de inclusão e que necessitam de atendimento educacional especializado para superar suas dificuldades escolares. O professor de apoio vai mediar os educandos no processo de aprendizado baseado no sistema educacional inclusivo e deve estar preparado para atender às pessoas com deficiência.

Dentre os pressupostos da educação inclusiva, o professor de apoio pode contar com as tecnologias assistivas, compreendendo a linguagem, a comunicação e o pensamento, que se apresentam como instrumentos essenciais que viabilizam o processo de inclusão dentro da escola e como auxiliares também nos ambientes extras escolares.

O professor de apoio especializado, em seu processo de atuação com os alunos com deficiência, irá precisar entender os motivos que impedem o aluno de ser tornar incluído no contexto escolar, além de sua influência na mediação com o aluno e com o grupo escolar, seu saber e seu fazer pedagógico. A educação do aluno com deficiência em uma proposta inclusiva não tem lugar em um modelo de escola tradicional, é preciso que aconteça uma mudança nas estruturas, nos paradigmas. O fazer e saber do professor de apoio constituem uma escola necessária para todos, pautada não somente nos aspectos tradicionais do percurso pedagógico, mas em um espaço que promova a diversidade e a equidade, dialogando com as necessidades da inclusão dos alunos com deficiência, implicando na ressignificação do papel do professor, da escola e das práticas excludentes (MANTOAN, 2015).

A escola contemporânea possui alunos muito diversificados. Em linhas gerais, os alunos não são mais receptores de conteúdos, moldados a critério de um perfil do que deveriam ser ou de como agir. A escola atual demanda uma reformulação e olhares diferenciados e singulares para os alunos, pois suas subjetividades aparecem em todos os instantes no processo de socialização e desenvolvimento escolar. Essas demandas exigem da escola estratégias de ensino e atuações que atendam a todos os perfis de alunos. Neste contexto, a educação inclusiva propõe mudanças na educação tradicional, levando o sistema educacional a desenvolver experiências

mais concretas, baseadas nas políticas de inclusão e reestruturação do modelo estático de ensino-aprendizado, padronizado, rumo a uma educação mais colaborativa, dialética e individualizada, pensando nos aspectos singulares de cada pessoa.

Nascimento (2014) menciona que o lugar em que a escola ainda não assegura ao aluno uma educação de qualidade e que ainda possui uma prática excludente se torna muito preocupante. Quando a inclusão não acontece, todos da sociedade perdem, pois voltamos à indiferença que gerou um marco discriminatório para as pessoas com deficiência ou dificuldades no processo escolar. A escola precisa ser transformada, e esta conduta depende de cada um, da sociedade em geral e dos professores, que são os principiais transformadores, reconhecidamente tendo um papel de extrema importância nesse processo, recebendo os alunos em sala de aula e todos que compõem o cenário educacional. Sabemos que as ações não são tarefas fáceis, são repletas de desafios, percalços, incompreensões para a escola e o professor, porém as experiências dos próprios professores demonstram que há possibilidades de trabalhar com a diversidade, com a diferença entre pessoas em sala de aula, assim implementando a Educação Inclusiva, enfrentando os desafios movidos pela participação de todos os envolvidos na educação, sendo a inclusão responsabilidade de todos.

1.2 Inquietação

Atuando como professora de apoio especializado, percebo que se faz necessário compreender as práticas do saber e fazer pedagógico dos professores de apoio especializado, suas atribuições e contextos que encontram no processo escolar do aluno com deficiência, além das formas que contribuem para o processo de inclusão. As dificuldades de aprendizado dos alunos e as diversas impossibilidades da inclusão sempre formam um ponto de interesse e busca de uma avaliação mais profunda neste processo. Nesse sentido, cabe destacar que o professor de apoio se torna parte fundamental no processo de inclusão do aluno com deficiência, pois, para além do educar e cuidar, este profissional está diretamente alicerçado em possibilitar ao aluno com deficiência práticas pedagógicas que permitam a inclusão.

O processo de aquisição do aprendizado através da mediação do professor de apoio especializado perpassa vários aspectos que possibilitam o acesso do aluno com deficiência: linguagem, pensamento, interação e troca efetiva com o meio, e também as entrelinhas do educar com acolhimento, cuidado e singularidade. Neste sentido, investigar sobre as possíveis causas e dificuldades que atravessam esse processo se torna muito importante para entender o percurso de inclusão do aluno com deficiência, incluindo as causas que possam estar

interrompendo ou atrapalhando o processo e quais políticas educacionais estão envolvidas nas reais necessidades da relação do professor de apoio com o aluno com deficiência, de forma a promover a equidade do aprendizado e do desenvolvimento humano e social. Objetivando que a inclusão traga contribuições significativas às questões suscitadas, precisamos sobretudo analisar as inconstâncias da atuação do professor de apoio, pois embora existam práticas pedagógicas efetivas, seu lugar ainda está muito indefinido e carregado de incompreensões, visto que as leis e resoluções ainda são introdutórias diante de toda a temática da necessidade e da importância do professor de apoio especializado na inclusão de alunos com deficiência, gerando incompreensões e questionamentos se o professor de apoio está de fato gerando a inclusão dos alunos com deficiência, de forma que atenda às suas reais necessidades.

Diante dos questionamentos defende-se que é importante repensar as práticas pedagógicas do professor de apoio especializado, conhecer de perto sua atuação frente ao processo de inclusão, ciente de sua importância em um aprendizado colaborativo, dialético, tendo como objetivo principal o aluno com deficiência, suas especificidades, o desenvolvimento no processo de aprendizado, suas potencialidades, tendo como base o trabalho especializado do professor de apoio nesse percurso. Em tempo, se faz necessário discutir as práticas de mediação pedagógica do professor de apoio especializado no processo de inclusão do aluno com deficiência e suas vicissitudes.

1.3 Caracterização do problema

As exigências e demandas presentes no cotidiano da sala de aula trazem desafios no contexto educacional, especialmente na educação inclusiva, previstos e contemplados pelas estruturas institucionais formativas, nos currículos de formação docente e nos saberes profissionais necessários ao exercício pleno do professor de apoio especializado e à inclusão do aluno com deficiência, que precisam ser orientados por uma prática contínua de formação. O problema formulado para esta pesquisa baseia-se nas dificuldades de inclusão do aluno com deficiência e no lugar do professor de apoio nesse processo.

Nos interessa a construção de uma Educação Inclusiva que promova a equidade e que possibilite ao professor de apoio especializado aplicar seu saber e fazer pedagógicos, estimulando o desenvolvimento consciente da inclusão em sua totalidade, favorecendo a escolarização do aluno e sua socialização no ambiente escolar e buscando a interação dos alunos com todos os profissionais da escola.

Cabe ressaltar que a inexistência do professor de apoio no processo de inclusão inviabiliza e prejudica o desenvolvimento do aluno com deficiência. A inclusão do aluno com deficiência sem o professor de apoio especializado pode não permitir uma educação de qualidade, impossibilitando o direito a uma educação para todos em uma escola democrática e igualitária. Uma educação para todos passa pela reformulação da escola e de todo o sistema educacional, entendendo que não é somente o aluno entrar na escola, e sim permanecer e receber uma educação de qualidade, com condições iguais para todos os alunos, e que vai além da acessibilidade e mobilidade.

É nesse contexto que o professor de apoio especializado se torna uma parte fundamental no desenvolvimento do aluno com deficiência, visto que terá como função auxiliar e conduzir a inclusão, proporcionando ao aluno dentro de sala de aula e nos espaços escolares uma mudança de paradigmas entre a escola tradicional e contemporânea. O professor de apoio colabora com o professor regente para promover mudanças na educação brasileira, transformando a inclusão em um processo pautado na bidocência e no ensino colaborativo (MANTOAN, 2015).

1.4 Objetivo geral

O objetivo deste trabalho de pesquisa é refletir sobre as exigências e demandas presentes no cotidiano da sala de aula e sobre os desafios da prática inclusiva do professor de apoio especializado na mediação dos alunos com deficiência para o desenvolvimento escolar na inclusão. Pretende-se analisar a constituição da formação do professor de apoio, as relações com os alunos e profissionais da escola, especialmente com o professor regente, e a viabilidade de suas práticas, constituídas pelo seu saber e fazer pedagógico, com os alunos com deficiência. Objetiva-se ainda construir uma proposta de *e-book*, de fácil manuseio e linguagem, para contribuir com a prática do professor de apoio especializado.

1.5 Objetivos específicos

Através de uma revisão sistemática dos artigos publicados, objetiva-se, com este trabalho de pesquisa, conceituar as práticas pedagógicas e inclusivas, refletir sobre o professor de apoio especializado no processo de inclusão e suas atribuições e discorrer sobre sua prática e a prática do professor regente, considerando as questões que afetam o processo de ensino-aprendizagem no que tange ao saber e fazer pedagógico dos professores de apoio e sua importância no processo de inclusão, mediação e desenvolvimento do aprendizado do aluno

com deficiência, para assim refletir sobre os entraves e possibilidades da inclusão escolar, tendo como referências a equidade e a utilização das tecnologias assistivas como aliadas do professor de apoio.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Os professores de apoio especializado, são particularmente muito importantes e fundamentalmente necessários no processo da inserção e promoção da inclusão. Os alunos com deficiência matriculados na rede de ensino regular são inseridos no contexto escolar, porém de fato o que dará a esse aluno a inclusão em uma classe comum, e não meramente o estar burocrático na escola, são as garantias de seus direitos e de que serão acolhidos em suas necessidades e particularidades. Quando acontece a inclusão na escola do aluno com deficiência, todo o cenário da educação deverá sustentar novas perspectivas em suas práticas, considerando a escola um lugar no qual emergem mudanças constantes, pois não é possível falar em inclusão escolar se continuamos a desconsiderar as diferenças, as particularidades, as especificidades dos processos de aprendizagem. Neste sentido, os alunos serão introduzidos na dinâmica da escola, construindo um espaço de identificação e de pertencimento, onde se reconhecem como parte e como um todo, constitutivos de um espaço não unilateral e sim bilateral que faz parte da escola (OLIVEIRA; VALENTIN; SILVA, 2013).

Quando pensamos na escola, entendemos que seu sinônimo seja aprendizado, local onde alunos interagem e adquirem conhecimentos, porém a escola tem um sentido muito mais amplo do que ensinar e aprender. A escola em todo seu percurso sempre foi um lugar político e de transformação. Muitas demandas e necessidades sociais são despontadas no processo escolar, pois a escola também é um laço social. A escola necessita ser um local de equidade, pois uma de suas causas também se concentra na inclusão.

Booth e Ainscow (2002) mencionam que existem alguns princípios e práticas que na dinâmica da escola são importantes no processo de inclusão. Atitudes pontuais no dia a dia do ambiente escolar, em que são necessárias compreensões e olhares diferenciados, posturas que nos levem a mudanças, para assim repensar atitudes, alterando práticas para que a escola se aproxime cada vez mais da inclusão. Além disso, é preciso melhorar a cultura escolar, para que existam atitudes que gerem a inclusão, valorizando e restaurando as culturas e políticas que gerem a diversidade, diminuindo as barreiras do aprendizado, incluindo todos os alunos da escola, entendendo que as diferenças levam à aproximação, e não a dicotomias, de forma que o aluno e o professor sejam agentes de crescimento mútuo, sem hierarquias, colocando o aluno num percurso para o aprendizado que não gere nele estigmas, sendo sujeito de direitos com as mesmas oportunidades sociais, em escolas preparadas com valores voltados para a inclusão e a equidade.

Várias leis e documentos foram implementados para o apoio ao aluno com deficiência, porém em relação ao profissional de apoio ainda há dúvidas, pois as nomenclaturas são diferenciadas, assim como as funções exercidas por esse profissional no âmbito escolar, levando a diversas interpretações. A seguir, um panorama das leis federais, nomenclaturas e funções do profissional de apoio ao aluno com deficiência:

Quadro 1 – Panorama nacional de leis e regulamentações da função de apoio à inclusão

DOCUMENTO	NOMECLATURA	FUNÇÃO
Resolução CNE/CEB nº 2 - Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica (2001)	Indefinido - Outros apoios	Este profissional tem como função contribuir no aprendizado, comunicação e locomoção.
Decreto nº 186, de 09/07/2008 - Aprova o texto da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (2008)	Apoio para pessoas com deficiência	Este profissional tem como função o apoio pontual individualizado ao aluno.
Política Nacional da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008)	Cuidador/monitor	Este profissional tem como função dar apoio em atividades de alimentação, higiene e locomoção do aluno, entre outras pontuais.
Resolução nº 4 - Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica (2009)	Profissionais da educação/apoio	Este profissional tem como função o apoio às atividades de higiene, alimentação e locomoção.
Nota Técnica SEESP/GAB nº 11 - Orientações para a Institucionalização da oferta do AEE em SRM implantadas nas escolas regulares (2010)	Profissionais da escola não docentes/apoio ao aluno	Não declara a função.
Nota Técnica SEESP/GAB nº 19 - Destinada aos profissionais de apoio para alunos com deficiência e transtornos globais do desenvolvimento matriculados nas escolas comuns da rede pública de ensino (2010)	Profissionais de apoio	Este profissional tem como função apoiar os alunos nas atividades de locomoção, higiene, alimentação, auxiliando no que não possuírem autonomia.
Lei nº 12.764 - Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (2012)	Acompanhante especializado	Não declara a função.
Nota Técnica MEC/SECADI/DPEE nº 24 - Orientação aos Sistemas de Ensino para a implementação da Lei nº 12.764/2012 (2013)	Profissionais de apoio	Este profissional tem como função o apoio à comunicação, cuidados com a alimentação, higiene e locomoção.
Lei nº 13.005 - Plano Nacional de Educação (2014)	Profissionais de apoio/auxiliares	Este profissional tem como função auxiliar no processo escolar do aluno com deficiência.
Lei nº 13.146 de 2015 - Lei Brasileira de Inclusão – Estatuto da Pessoa com Deficiência (2015)	Profissional de apoio escolar	Este profissional tem como função auxiliar nas atividades de alimentação, higiene e locomoção e nas atividades escolares pontuais.

Orientações para implementação da Política de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva – MEC (2015)	Profissionais de apoio	Este profissional tem como função auxiliar nas atividades de locomoção, higiene e alimentação.

Fonte: Autoral (2023).

Percebemos que em âmbito nacional a função do professor de apoio não está definida em todas as leis e resoluções apresentadas, sendo que a Resolução CNE/CEB nº 2 – Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica (BRASIL, 2001) especifica a atuação de um profissional para apoio ao aprendizado do aluno com deficiência. Com isto, a sua função e atuação com os alunos com deficiência se mostra muito frágil, trazendo interpretações obsoletas da atuação do professor de apoio, muito mais pautadas na Educação Especial não inclusiva. Esta fragilidade suscita muitos questionamentos, pois, se a função ainda não está universalizada em território nacional, podemos ver que o aluno ainda não possui seus direitos garantidos e uma avaliação mais precisa de suas reais necessidades feita por um professor especializado em Educação Especial e Inclusiva. Ainda podemos perceber que a falta de uma definição no apoio do aluno gera uma divergência no entendimento dos papéis e recursos humanos adequados no ambiente escolar, conforme previsto na lei, onde o aluno tem direito a um profissional especializado para seu desenvolvimento pedagógico.

A inclusão do aluno com deficiência constitui um grande desafio na Educação Inclusiva. Os movimentos de conscientização da prática inclusiva em prol da educação e dos alunos são pontos expressivos, e se torna mister que todos os profissionais da educação e a sociedade como um todo proponham uma luta pela causa da inclusão que gere um processo igualitário.

Ainda estamos avançando nos documentos e literaturas referentes ao profissional de apoio especializado, e sua função está em curso, mas podemos contar com alguns municípios do país com concursos públicos específicos, apoiados na Resolução CNE/CEB nº 2/2001, que institui as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial Básica, criando o serviço de apoio pedagógico especializado na sala de aula regular, onde o professor atua com práticas colaborativas na Educação Especial e Inclusiva, podendo ser intérprete na comunicação e transmissão de códigos, disponibilizando acesso e outros apoios necessários à aprendizagem, à locomoção e à comunicação (BRASIL, 2001). Através desta resolução, a presença do professor de apoio passa a ter suma importância no processo de ensino do aluno com deficiência, visto que o qualifica como um profissional da Educação Especial e Inclusiva, sendo um facilitador do processo educacional através de práticas inclusivas, criando e gerando conhecimentos para possibilitar ao aluno com deficiência a inclusão, sendo também um profissional para apoiar o

professor da sala regular no que se refere ao ensino-aprendizagem dos alunos público da Educação Especial e Inclusiva, atuando nas escolas de ensino regular.

Conforme Sassaki (1998), Mantoan (2008, 2010), Capovilla (1993), Batista e Enumo (2004), Glat (2002), a Declaração de Salamanca (1994) e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), no Capítulo V, sobre a Educação Especial (BRASIL, 1996), a inclusão deve acontecer nas escolas regulares de ensino, independentemente da deficiência do aluno, e a escola deve ser um espaço onde todos sejam integrados e aprendam juntos, construindo saberes e superando os desafios, valorizando as diferenças, a identidade individual e coletiva, construindo o aprendizado de forma plural. Os sistemas de ensino ainda precisam se organizar na forma da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, disponibilizando professores especializados, instrutores, tradutores/intérpretes de Libras e guias intérpretes, buscando as reais necessidades dos alunos, assim como cuidadores para as atividades de higiene e locomoção, monitores, entre outras funções necessárias para a permanência do aluno no ambiente escolar.

Embora exista um documento para a atuação do professor de apoio nas escolas cuidando da inclusão dos alunos com deficiência, e sua competência esteja direcionada à sua prática pedagógica, os alunos com deficiência também podem contar com o profissional de apoio previsto nos documentos oficiais como a Nota Técnica MEC/SEESP/GAB nº 19, publicada em 2010, que menciona que os:

> [...] profissionais de apoio às atividades de locomoção, higiene, alimentação prestam auxílio individualizado aos estudantes que não realizam essas atividades com independência. Esse apoio ocorre conforme as especificidades apresentadas pelo estudante, relacionadas à sua condição de funcionalidade e não à condição de deficiência sendo a demanda deste profissional justificada quando o aluno tem uma necessidade específica e que acompanha as atividades curriculares sem a necessidade do professor de apoio especializado, sendo um acompanhante, onde não cabe desenvolver atividades pedagógicas nem se responsabilizar pelo ensino desse aluno (BRASIL, 2010, n. p.).

A Nota Técnica não menciona a formação necessária do profissional de apoio para trabalhar na Educação Inclusiva. O documento aborda as atividades de apoio no contexto escolar e não se refere a práticas pedagógicas. No mesmo enfoque, o MEC/SECADI/DPEE publicou, em 2013, a Nota Técnica nº 24, tratando da orientação aos sistemas de ensino para a implementação da Lei nº 12.764/12, que dispõe sobre a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, que garante ao aluno serviço de Educação Especial, incluindo profissional de apoio para auxiliar nas atividades de alimentação, higiene, comunicação e locomoção, de forma que possa se desenvolver de maneira autônoma,

pessoal e social, sendo periodicamente avaliado pela escola e pela família quanto à sua efetividade e continuidade. Assim, as notas técnicas possuem um caráter direcionado às necessidades pautadas nas deficiências e nos desdobramentos para a adaptação do aluno no contexto escolar, reafirmando o aspecto do cuidado do profissional de apoio, sendo este um profissional que deve auxiliar os alunos em atividades de alimentação, higiene e locomoção.

A Lei nº 13.146/15, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), traz, em seu Cap. I, Art. 3º, Inciso XIII, a proposta de que o profissional de apoio também exerça atividades de alimentação, de higiene e locomoção do estudante com deficiência e atue em todas as atividades escolares necessárias para o aluno participar de forma igualitária. Porém, este profissional não tem a necessidade de promover práticas pedagógicas, e sim acompanhar o aluno em todos os níveis e modalidades de ensino, em instituições públicas e privadas, sendo ainda excluídas as técnicas ou procedimentos identificados com profissões legalmente estabelecidas.

Diante do exposto, com base nos documentos citados, podemos perceber que o profissional de apoio não está relacionado a práticas inclusivas pedagógicas, e sua atuação na sala de aula regular está pautada nos cuidados pessoais dos alunos. Cabe ressaltar que este tema se torna muito complexo e cheio de debates e desafios, portanto nesta análise não se torna possível alcançar todas as elaborações teóricas da especificidade do profissional de apoio. O que propomos aqui é mostrar, através da legislação e da prática pedagógica, as propostas e atuação dos serviços de apoio à inclusão, através da atuação específica do professor de apoio especializado.

2.1 O professor de apoio no processo de inclusão

O Capítulo V da LDBEN refere-se especialmente à Educação Especial e trata sobre Atendimento Educacional Especializado, que ocorrerá de forma gratuita para os alunos com deficiência matriculados na rede regular, sendo que a esses alunos serão oferecidos serviços de apoio especializado para atender às suas peculiaridades. O Art. 58 menciona que a Educação Especial em sua totalidade é uma “modalidade de educação escolar, que preferencialmente deve ser ofertada na rede regular de ensino para os alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação”, e o Art. 59 determina que os sistemas de ensino garantam aos alunos com deficiência “recursos educativos e métodos e organização específicas para atender às suas necessidades” (BRASIL, 1996, n. p.).

Cabe ressaltar que diversos documentos foram orientados para a organização da escola e os serviços de apoio ao aluno dentro do processo escolar, tais como um professor especializado que o acompanhe em todo seu processo de ensino. Com a publicação do documento orientador Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEEPEI), a partir do ano de 2008, formaliza-se que a Educação Especial assuma um caráter de educação complementar e suplementar, possibilitando ao professor especializado direcionar suas práticas pedagógicas a atender às especificidades dos alunos com deficiência.

A Lei nº 13.146/2015 – Lei Brasileira de Inclusão –, em seu Artigo 1º, dispõe que: É instituída a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando a sua inclusão social e cidadania (BRASIL, 2015). Neste sentido, o trabalho do professor de apoio no processo de inclusão resguarda todos os direitos dos alunos com deficiência. A função e cargo de professor de apoio especializado se trata de uma profissão recente, que está em construção e encontrando seu lugar na dinâmica do processo educacional e na execução de sua prática e de seu saber, garantindo especialmente acompanhamento ao aluno com deficiência no processo escolar. No Brasil, atualmente existem duas nomenclaturas diferentes para o cargo do serviço de apoio à inclusão: profissional de apoio (legislação federal) e professor de apoio (legislação estadual e municipal).

O professor de apoio precisa ser um profissional qualificado, entendendo no cotidiano da sala de aula as peculiaridades dos alunos e de quais formas possibilitará que esses alunos se desenvolvam diante de suas potencialidades e especificidades, promovendo práticas pedagógicas que levem os alunos com deficiência a alcançar o aprendizado em uma escola regular. As ações que se referem ao trabalho do professor de apoio estão relacionadas à promoção da inclusão, entendendo o processo educacional como um todo, gerando no ambiente o desenvolvimento de todos os alunos com ou sem deficiência, dentro do processo de inclusão. O professor de apoio precisa estar com o aluno que necessite de seu apoio contínuo em uma sala de aula comum, sendo parte integrante de todo o processo escolar. Esse profissional precisa ter conhecimentos específicos, código de linguagens e técnicas que possibilitem ao aluno ser compreendido, escutado, possibilitando o aprendizado dos conteúdos (PEREIRA NETO, 2009).

Podemos destacar que as ações práticas do trabalho do professor de apoio necessitam estar pautadas em conhecimentos da Educação Especial e Inclusiva, que permitam ao aluno com deficiência ter acesso aos conteúdos escolares muitas vezes de forma diferenciada, através

de materiais adaptados, tecnologia assistiva e estratégias pedagógicas, podendo o currículo ser construído com o auxílio do Plano de Ensino Individualizado (PEI), minimizando as dificuldades e possibilitando ao aluno o aprendizado. Todas as estratégias são importantes e precisam ser construídas através da avaliação diária desse aluno e seu desenvolvimento. O PEI está amparado pela LDBEN (BRASIL, 1996), sendo um documento pautado nas diretrizes escolares que permite conhecer mais o aluno, suas potencialidades e habilidades, assim também como aspectos que necessitem ser superados no processo de ensino, permitindo adaptações curriculares singulares e também de caráter subjetivo, a fim de que os alunos com deficiência sejam contemplados com adaptações individualizadas, levando em conta suas competências e baseadas no currículo regular da sala de aula, buscando estratégias pedagógicas "que sejam compatíveis com as necessidades individuais do estudante" (MUNSTER *et al.*, 2014, p. 48).

Cabe ressaltar que o PEI não é somente de responsabilidade do professor de apoio, mas de todos os professores, junto com a equipe terapêutica do aluno. Abaixo uma demonstração resumida do PEI utilizado no acompanhamento de um aluno:

Quadro 2 – Demonstração resumida de PEI

ESTIMULAÇÃO SENSORIAL (OBJETIVOS)	**REAGIR A ESTÍMULOS VISUAIS**	**REAGIR A ESTÍMULOS AUDITIVOS**	**REAGIR A ESTÍMULOS TÁTEIS**
- Estimular o brincar; - Estimular o contato visual; - Despertar o interesse para atividades; - Reconhecer as rotinas e espaços da escola.	- Despertar o interesse por livros e brinquedos; - Explorar e manusear livros e objetos.	- Atender ao chamado do seu nome; - Reagir aos sons dos brinquedos; - Ouvir músicas e acompanhá-las com expressões faciais.	- Manusear diferentes texturas; - Reagir a expressões faciais; - Segurar objetos e brinquedos; - Identificar e segurar objetos de escrita.
AUTONOMIA (OBJETIVOS)	**ALIMENTAÇÃO**	**HIGIENE**	**COGNIÇÃO (OBJETIVOS)**
- Todas as atividades são desenvolvidas com a professora de apoio, pois a criança ainda não apresenta autonomia.	- Reconhecer o refeitório como espaço de alimentação.	- Reconhecer objetos de higiene; - Criar hábito de lavar as junto com o grupo.	- Estimular o brincar; - Estimular o sensorial e corporal.
MOTRICIDADE GLOBAL E FINA (OBJETIVOS)	**CONTROLAR A POSTURA E FORTALECER A MUSCULATURA**	**COORDENAR MOVIMENTOS FINOS**	**RELACIONAR-SE COM AMIGOS E PROFESSORES**
- Segurar objetos; - Pegar objetos.	- Manter a postura na cadeira.	- Segurar objetos de escrita e pintura; - Pintar com tinta utilizando os dedos.	- Interagir com os colegas.

COMUNICAÇÃO (OBJETIVOS)	**COMPREENSÃO DA LINGUAGEM ORAL**	**EXPRESSÃO VERBAL E CORPORAL**	**SOCIALIZAÇÃO (OBJETIVOS)**
- Escutar e compreender histórias.	- Reagir a incentivos e motivações.	- Demonstrar através do olhar e expressões faciais.	- Estimular o relacionamento com os colegas do grupo.

Fonte: Autoral (2023).

O professor de apoio se torna um dos grandes avanços no processo de inclusão para o desenvolvimento do aluno com deficiência, atuando de forma necessária e colaborativa na sala de aula, exercendo seu saber e fazer pedagógico, dedicando sua atenção ao aluno com deficiência integrado na escola regular. Educar, ensinar e realizar trocas de conhecimentos constituem algumas das mais importantes tarefas dos professores. O caráter icônico da educação ultrapassa milênios e resguarda a sua pura e contundente causa de gerar conhecimento. Com isto, somos todos compelidos como educadores a nos preocupar com os sujeitos em suas totalidades, e, quando isso acontecesse, percebemos que junto com o aluno chega a pessoa dele, em seu caráter mais inerente de subjetividades, culturas.

Podemos dizer que o professor de apoio como educador está no processo educacional com atributos e saberes que auxiliam todos os alunos a se verem como pessoas em sua totalidade, acontecendo uma forte ligação de cumplicidade, promovendo para esses alunos espaços para serem escutados e compreendidos. Assim, o professor de apoio especializado dentro do processo de inclusão não somente irá construir conhecimentos coletivos, materiais ou atividades, mas também se torna uma voz, um parceiro de encontro ao pertencimento do aluno com deficiência na escola. Dessa forma ele está não apenas com os alunos com deficiência, mas sim com todos os alunos que compõem o ambiente escolar, a fim de que a aprendizagem não seja segregadora em nenhum ponto, e se transforme em aprendizado e promoção do conjunto de alunos como um todo.

> O professor, na perspectiva da educação inclusiva, não é aquele que ministra um ensino diversificado para alguns, mas aquele que prepara atividades diversas para seus alunos (com ou sem deficiência) ao trabalhar um mesmo conteúdo curricular. As atividades não são graduadas para atender a níveis diferentes de compreensão, e estão disponíveis na sala de aula para que os alunos as acolham livremente, de acordo com o interesse que têm por elas (BATISTA, 2006 *apud* OLIVEIRA; REIA, 2017, p. 28-29).

Em sua prática diária e respeitando as especificidades dos alunos, os professores de apoio sistematizam e buscam dentro do aspecto singular de cada aluno construções para que se

sintam confortáveis e pertencentes ao processo escolar. Embora tenhamos norteadores para conceituar as patologias e nomeá-las, que servem como indicadores para observação do comportamento e atitudes dos alunos, as exigências para formulação do diagnóstico, tanto nos parâmetros do Manual Diagnóstico e Estatístico dos Transtornos Mentais (DSM) como no manual da Classificação Internacional de Doenças (CID), retratam doenças ou transtornos, e a atuação do professor de apoio atravessa esse entendimento, porém sua prática deve estar pautada em construir caminhos em que seu aluno não se seja rotulado por meio exclusivamente de diagnósticos. Cada aluno se torna único e singular, inclusive aqueles com uma mesma patologia, cada criança apresenta necessidades específicas, tratamentos individualizados que requerem uma avaliação específica, a partir da qual identificamos as áreas em que cada um precisa se desenvolver e se aperfeiçoar (BORBA; BARROS, 2018).

O professor de apoio busca compreender essas especificidades, criando estratégias diárias para que o aluno permaneça no ambiente escolar, de acordo com as necessidades de cada um, independentemente do diagnóstico, porém podendo observar características específicas do quadro clínico, sem que isto seja priorizado em sua prática, buscando desenvolver atitudes relacionadas com o potencial de cada aluno. Assim, o professor de apoio prioriza suas atividades de acordo com as necessidades pontuais dos alunos, utilizando nas suas práticas pedagógicas instrumentos e recursos de acordo com as especificidades das atividades propostas e dos alunos. Podemos ver a seguir uma demonstração relacionada às especificidades do aluno, as possíveis práticas do professor de apoio e os recursos que podem ser utilizados:

Quadro 3 – Demonstrativo de especificidades, práticas, recursos ou TA

ESPECIFICIDADES DO ALUNO	PRÁTICAS DO PROFESSOR DE APOIO	RECURSOS OU TA
Prejuízo na comunicação social: Déficits graves nas habilidades de comunicação social, verbal e não verbal.	Comunicação Alternativa.	Pranchas, cartões de comunicação, fotografias, rotina com figuras indicativas.
Prejuízo na compreensão: Dificuldades para compreender atividades propostas e elaborar o pensamento.	Atividade que estimulem a área cognitiva associado ao conteúdo escolar.	Quebra-cabeça, jogo da memória. Pranchas com palavras e objetos para repetição e assimilação.

Fonte: Autoral (2023).

Dando continuidade às práticas pedagógicas do professor de apoio especializado, podemos também destacar atividades de TA. De acordo com a necessidade apresentada pelo aluno, o professor pode desenvolver meios em que seja possível a compreensão dos conteúdos curriculares através de materiais adaptados.

Figura 1 – Plano de comunicação alternativa - TA



Figura 1: Pranchas de comunicação alternativa
Fonte: Franco (2014, p. 21).

Fonte: Franco (2014, p. 21).

Figura 2 – Plano de comunicação alternativa - TA



Figura 2: PECS (Picture Exchange Communication System)
Fonte: https://www.climabajio.org/post/m%C3%A9todo-pecs

Fonte: https://www.climabajio.org/post/m%C3%A9todo-pecs.

2.2 Atribuições do professor de apoio

Na dinâmica de sala de aula, sabemos que os planejamentos são flexíveis e que a dinâmica diária se faz muito singular em cada escola, que a história de vida do aluno, a cultura e a própria deficiência precisam ser muito bem observadas, e para desenvolver seu trabalho o professor de apoio precisa desenvolver competências para identificar as necessidades educacionais, atuando nos processos de desenvolvimento e aprendizagem dos alunos, consultoria e apoio aos professores regentes e realizando trocas de experiências para alcançar o processo de inclusão do aluno, buscando estratégias de flexibilização e construção curricular, adaptação, complementando o trabalho do professor regente, podendo auxiliar em diferentes disciplinas. Os professores de apoio têm por definição o caráter de garantir os serviços educativos aos alunos com deficiência, dando apoio às instituições e sua prática pedagógica, produzindo junto com os alunos possibilidades e formas de superar suas dificuldades escolares tendo um aprendizado significativo, melhorando o desempenho, utilizando a avaliação das capacidades dos alunos, considerando os métodos aplicados e o comportamento socioafetivo (SILVA; MACIEL, 2005).

Em diversas partes do país temos os concursos públicos para o cargo de professor de apoio especializado, sendo este profissional responsável pelo desenvolvimento escolar dos alunos com deficiência, criando estratégias de ensino, adaptações do conteúdo, utilizando as tecnologias assistivas ou materiais adaptados, de acordo com a deficiência. Citamos algumas atribuições do professor de apoio, através do concurso público em estados diferenciados, em que percebemos que as funções se diferem, porém estão direcionadas ao apoio pedagógico do aluno com deficiência, cabendo a esse professor buscar promover a equidade no conteúdo a ser aprendido pelo aluno, integrando-o ao meio e auxiliando-o em sua permanência na escola, de forma que traga uma interação positiva, minimizando os desconfortos que possam surgir no processo.

No Guia de Orientação da Educação Especial da rede estadual de ensino de Minas Gerais (2013) encontramos as atribuições do professor de apoio relacionadas à comunicação, linguagem e tecnologias assistivas, que, de forma colaborativa com os professores regentes, possibilitam estratégias pedagógicas que favoreçam o acesso do aluno com necessidades educacionais especiais à interação com o grupo, flexibilizando material pedagógico ao conteúdo que proporcione o aprendizado do recurso de comunicação e ampliação do vocabulário. De acordo com o documento, o profissional deve:

> Identificar o melhor recurso de tecnologia assistiva que atenda às necessidades dos alunos de acordo com sua habilidade física e sensorial atual e promova sua aprendizagem por meio da informática acessível; ampliar o repertório comunicativo

> do aluno por meio das atividades curriculares e de vida diária; orientar a elaboração de materiais didático-pedagógicos que possam ser utilizados pelos alunos na sala de aula; promover as condições para a inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais em todas as atividades da escola; orientar as famílias para o seu envolvimento e a sua participação no processo educacional; indicar e orientar o uso de equipamentos e materiais específicos e de outros recursos existentes na família e na comunidade (MINAS GERAIS, 2013, p. 17-18).

O município de Niterói, no Estado do Rio de Janeiro, teve seu primeiro concurso para o cargo de professor de apoio especializado no ano de 2016, sendo criadas 403 vagas para a função, indicando que o cargo se destina ao exercício do magistério especificamente no 1º e no 2º ciclo do Ensino Fundamental e no 1º e no 2º ciclo da Educação de Jovens e Adultos, na condição de professor de apoio educacional especializado em classes inclusivas, ministrando aulas mesmo na ausência do aluno com deficiência, tendo como requisito a licenciatura em Pedagogia ou Curso Normal Superior.

2.3 Professor de apoio e professor regente

A prática docente do professor de apoio e do regente precisa de muitos avanços em suas análises práticas de sala de aula. Podemos perceber que a inserção de um segundo professor na classe contribui para superar as dificuldades, e esta parceria encontra novos caminhos para a inclusão do aluno com deficiência. Muito se tem pensado no papel do professor no processo de inclusão no sistema de educação, e se torna muito importante os professores de forma geral repensarem o papel de sua atuação, os fatores que implicam na Educação Especial e Inclusiva, dissociando preconceitos e barreiras que não favoreçam os estudantes com deficiência a alcançar direitos. Para tal, dentro do processo de inclusão, muitas vezes um professor sozinho não consegue desenvolver e atender a toda a diversidade e as necessidades inerentes da sala de aula, cabendo ressaltar que o processo de inclusão não se faz sozinho, professores estão de frente com uma experiência subjetiva e necessitam de pares para auxiliar o desenvolvimento do processo, que se torna um desafio diante das demandas apresentadas na inclusão, para que não seja interrompido devido aos obstáculos que possam surgir. Contudo, os professores em conjunto podem contribuir para que o aluno com deficiência não seja prejudicado em decorrência do contexto enfrentado pelo professor regente em sala de aula. Nesse sentido, a colaboração do professor de apoio especializado na sala de aula junto com o professor regente contribui para o começo do processo de inclusão, e sua atuação na classe regular vem trazendo pontos muito importantes a serem analisados.

Percebe-se que após a Convenção de Salamanca as escolas tiveram que incluir os alunos com deficiência nas classes regulares existentes em todo o mundo, apesar do número de alunos em sala e da falta de formação dos professores, assegurando aos estudantes com deficiência ensino igualitário. É nesse momento que o professor especializado inicia sua atuação em inclusão no ambiente escolar.

Cabe ressaltar que a inclusão do aluno com deficiência coloca os dois professores em consonância no processo de inclusão, junto com o aluno e com o todo, favorecendo o planejamento das aulas de forma que avancem na inclusão do aluno com deficiência através do currículo, criando experiências, trocando saberes e dialogando com suas práticas para que, através do ensino colaborativo, coloquem em prática a metodologia e favoreçam um ensino inclusivo. Percebemos que existem inúmeras possibilidades dentro deste processo de construção do lugar do aluno no contexto escolar, que se fortalece com a unificação dos professores e sua disponibilidade para desenvolver um ensino colaborativo, compartilhado, experimentado a troca de saberes em uma dialética possível na perspectiva da Educação Especial e Inclusiva, em que o educar vai muito mais além do que transmitir conteúdos curriculares.

Inserir alunos com ou sem deficiência no processo escolar nas salas de aula regular continua sendo um desafio político e social. Os saberes dos professores regente e de apoio se complementam e são essenciais para o processo inclusivo, se entrelaçam e estão atravessados pelo desejo de que seus alunos se desenvolvam positivamente. Embora apresentem algumas similaridades, existem diferenças entre eles na dinâmica de sala de aula, sendo importante ressaltar que o professor regente desenvolve as práticas pedagógicas baseado na formação do discente e no aprendizado de toda a classe, enquanto o professor de apoio especializado está mais direcionado ao aprendizado do aluno com deficiência, sendo um mediador do desenvolvimento e do aprendizado do aluno com deficiência, mas nem por isso deixa de ver a classe como um todo, assim como o professor regente, pois juntos fazem a interlocução deste aluno com o meio, auxiliando nas necessidades de comunicação, pensamento e comportamento, ambos com sua importância e especificidades na dinâmica escolar. O professor de apoio passa a ser um agente em tempo integral disponível ao aluno com deficiência, auxiliando toda a equipe escolar com funções específicas, mas também ajudando mutuamente, buscando como prioridade a inclusão dos alunos (MOUSINHO, 2010).

Dentre as características importantes na inclusão dos alunos em sala de aula, Sanches (2011) demonstra em seu estudo modelos de atendimento, tendo em vista uma educação para todos, pois, se os professores não veem seus alunos como um todo no processo escolar, também

criarão barreiras entre o meio e o aluno com deficiência, promovendo a segregação. Neste sentido, a base da Educação Inclusiva deve estar pautada na necessidade de integração e no trabalho colaborativo em sala de aula na busca da inclusão, assim como na defesa da Educação Inclusiva. Esta integração necessita ser conjunta entre professores, escola, família e sociedade, em prol dos alunos. A seguir, demonstramos os avanços da parceria colaborativa da escola e professores para alcançarmos a inclusão:

Quadro 4 – Da integração escolar à educação inclusiva: síntese

Da integração escolar/Educação especial	À inclusão escolar/Educação inclusiva
Da homogeneidade	À diversidade
Da normalização	Ao direito à diferença
Da igualdade	À equidade
Do isolamento	À cooperação
Da aventura solitária	À responsabilidade coletiva
Da diferença como um problema	À diferença como um desafio
Do currículo único	Ao currículo flexível
Do indivíduo	Ao contexto
Da seleção dos melhores	Ao sucesso para todos
Dos alunos considerados com NEEs	A todos os alunos
Da entrada na escola, sob condição, transportando os apoios disponibilizados	A fazer parte da escola que gera e disponibiliza as condições e os recursos necessários
Do programa específico para o aluno	Às estratégias para a classe
Do défice	Ao potencial
Da educação especial para os alunos especiais	À educação de sucesso para todos
De um adulto “colado”, “guarda	A todos os adultos presentes na escola/sala de aula, para ensinar e apoiar as aprendizagens de todos os alunos
Do professor consumidor, aplicador	Ao professor criativo, experimentador e reflexivo

Fonte: Sanches (2011, p. 49).

É importante destacar que a presença do professor de apoio especializado em sala de aula não representa a salvação e resolução de todos os problemas educacionais relativos à inclusão, nem uma ruptura no modelo de escola tradicional, mas contribui de maneiras positivas e significativamente para uma transformação nas ações de inclusão. A presença de um segundo professor em sala de aula, direcionado ao estudante que possui deficiência, foi um avanço no processo educacional que pode contribuir de forma significativa, remodelando os sistemas de

ensino e a organização didática e pedagógica, inclinando a educação para outros patamares, em colaboração entre professores regentes e de apoio, criando e construindo comunidades de inclusão, tendo como modelo necessário o colaborativo, no qual o professor de apoio está direcionado ao aluno com deficiência ou transtorno, mas também aos alunos sem deficiência, aos professores, à família e à comunidade (DÍEZ, 2010).

2.4 Equidade e inclusão

Ao pensarmos em inclusão, a palavra que mais se destaca neste processo sem dúvidas seria a equidade, estando totalmente voltada para uma mudança individual, pessoal e particular, baseada nos valores da escola e da sociedade, eliminando barreiras de convivência e de aprendizado. Com isto, a escola tem como essência primária o cuidado com as sutilezas do convívio social, sendo aberta à equidade, aberta a todos, pautada em mudanças constantes baseadas em atitudes de cooperação para remodelar o sistema de ensino, buscando como objetivo principal a inclusão. A escola e a equidade são indissociáveis, são simbióticas, constituídas de uma caminhada permanente em conjunto, designando ferramentas que transformem segregação em inclusão, diminuindo as barreiras de desigualdade.

As barreiras enfrentadas pelas pessoas com deficiência são imensuráveis, muitas vezes desastrosas e dolorosas dentro da sociedade, e não podemos excluir a escola deste contexto e nem de suas responsabilidades sociais e educativas em prol da pessoa com deficiência. Assim, com base na Lei nº 13.146/2015, que estabelece o Estatuto da Pessoa com Deficiência, Artigo 3º, entendemos que as barreiras que não fomentam a equidade são claramente observáveis como qualquer entrave ou fatos que possam inibir ou cercear a participação da pessoa na sociedade. Atitudes ou comportamentos que limitem ou causem impedimentos aos direitos da pessoa, à sua liberdade de movimentar-se e expressar-se, reduzindo sua acessibilidade e acesso à informação.

Neste sentido, os professores e a escola precisam pensar em como organizar a permanência do aluno no ambiente escolar, o mobiliário, materiais, alimentação, rotina, todos os espaços que possam sugerir impedimentos, a fim de promover a eliminação das barreiras físicas e psicológicas para os alunos. Cabe ressaltar que os aspectos psicológicos e emocionais dos alunos são um ponto de suma importância na análise cotidiana da escola. O professor também precisa estar atento às demandas apresentadas pelos alunos, não criando hipóteses diagnósticas, mas tendo a sensibilidade de que as questões psicológicas e emocionais interferem no processo escolar, e as barreiras de comunicação e informação podem ser um entrave no

processo de inclusão, gerando barreiras atitudinais. Estas barreiras podem impedir ou prejudicar a participação social da pessoa com deficiência, gerando desigualdades e diminuição de oportunidades. Trata-se de um aspecto consolidador nos entraves para o processo de inclusão, que muitas vezes pode ser avassalador para o estudante e para a família e gerar barreiras no percurso do aluno, criando diminuição no rendimento pedagógico, por não oferecer o acolhimento necessário, podendo fomentar ainda mais a exclusão, através de comportamentos de preconceito e discriminação da pessoa com deficiência.

Para Arruda e Almeida (2014), as barreiras atitudinais são definidas como posturas afetivas e sociais que muitas vezes são imperceptíveis para as pessoas, nem sempre sendo intencionais, mas que se traduzem em discriminação e preconceito, gerando uma barreira pedagógica, necessitando que o professor e toda a comunidade escolar estejam atentos às performances negativas e às análises, que precisam ser constantes, buscando evitar atitudes excludentes. A mudança na educação e nas pessoas que estão envolvidas na escola precisa estar pautada no rompimento dos entraves históricos, físicos, emocionais, psicológicos, conceituais e atitudinais, construindo convivências saudáveis e diferentes maneiras de organização através do acolhimento, escuta e atenção. A escuta ao aluno é tarefa essencial também do professor. Muitas vezes se torna fundamental ouvir, pois o aluno compreende a complexidade e subjetividade de sua própria história, sendo, portanto, mais uma demanda apresentada no processo de incluir os alunos.

2.5 Tecnologia assistiva – TA

Sabemos que muitos alunos apresentam necessidades muitos específicas em relação à deficiência que apresentam, e o professor necessita compreender que também todo o processo de inclusão é humano, subjetivo e particular. Neste sentido, a Educação Especial na perspectiva inclusiva possui recursos proporcionados pela tecnologia assistiva (TA) que se tornam fundamentais no percurso para que os professores de apoio especializado construam os saberes com os estudantes com deficiência. Considerando o desenvolvimento do aprendizado do aluno, esta se torna uma área do conhecimento de características próprias e interdisciplinares que envolve recursos e métodos específicos, tendo como objetivo promover a funcionalidade, oportunizando ao aluno uma participação mais efetiva nas atividades, visando a autonomia e a independência, prezando a qualidade de vida (BRASIL, 2007).

A TA permite ao aluno instrumentos de facilitação do ensino e da aprendizagem, adotando tecnologias que melhorem o cotidiano, a comunicação, interação e execução de

tarefas. Esses recursos tecnológicos estão no nosso cotidiano e podem nos causar impacto pela tecnologia, ou algumas vezes são imperceptíveis como ações tecnológicas, pois são compostos por materiais ou acessórios simples que podem configurar uma tecnologia assistiva, a exemplo de uma bengala, que proporciona conforto e segurança para andar, ou um aparelho auditivo para ampliar a audição. Vários são os recursos utilizados para e pela pessoa com deficiência, sem que com isto tenha uma regra. Os materiais e recursos são adaptados, baseados na subjetividade, na singularidade pontual da pessoa para executar alguma tarefa ou auxiliar em seu desenvolvimento e potencialidades (MANZINI, 2012).

Assim, na Educação Inclusiva, o conceito de TA engloba uma variedade de materiais e tem um sentido muito amplo, possibilitando ao professor de apoio oferecer ao aluno com deficiência que necessite de materiais adaptados instrumentos para uma melhor performance, criando muitas vezes os materiais *in loco*, ou seja, no ambiente cotidiano do aluno, de acordo com a necessidade pontual, ou também recursos que se mantêm permanentes para suprir as necessidades dos estudantes, pautados na parceira colaborativa entre professores, melhorando os contextos diários e assim promovendo maior interesse na realização das atividades pedagógicas, podendo ser organizados em categorias funcionais para auxílio diário, comunicação alternativa, uso do computador, ambiente ou projetos arquitetônicos para acessibilidade. As órteses e próteses e o cuidado ergonômico também ampliam as possibilidades e permitem maior independência, assim como as ferramentas de auxílio para pessoas com surdez e deficiência visual. Podemos com isto perceber uma amplitude nas práticas de TA no ambiente escolar, promovendo a inclusão e a eficácia do plano pedagógico.

3 MÉTODO

3.1 Revisão sistemática da literatura

A escolha de um campo de estudo caminha muitas vezes em nossa própria experiência e no percurso histórico e de conhecimento de suas causas e construções, demandando tempo e dedicação. Toda história está carregada de simbolismos e significados, e entender o percurso e os marcos que a direcionam inclui explorar os conhecimentos em busca de resultados e análises que nos permitam entender e valorizar os saberes e suas construções, que muitas vezes não são de fato evidenciadas, levando a entendimentos reversos e muitas vezes mal interpretados. Nesse sentido, percebemos e pressupomos que a trajetória do professor de apoio especializado está atrelada à própria história da Educação Especial e Inclusiva e possui um marco em seu desenvolvimento e prerrogativas além do que a própria história nos revela.

Desse modo, a presente investigação apresenta uma proposta de pesquisa que buscou compreender a prática pedagógica dos professores de apoio especializado que atuam em sala de aula regular, em âmbito nacional, dando suporte pedagógico ao aluno com deficiência e transtornos globais do desenvolvimento no processo de inclusão escolar.

Cabe ressaltar que a função e atuação do professor de apoio especializado não está somente na superfície de cumprir protocolos de transmissão do currículo escolar, está além das camadas preliminares de uma ação pedagógica embasada na transmissão do conhecimento, e tem a ver com pessoas, subjetividades e singularidades, ou seja, o professor de apoio é um especialista em gente, em uma educação pautada em singularidades e especificidades, que permite a ação mais preciosa do educar, que é escutar os anseios de seus alunos e através da inclusão fazê-los pertencer de forma digna e saudável do processo escolar, no qual tenham a garantia de seus direitos.

De acordo com Coutinho (2011), a respeito da adequação da metodologia ao que se pretende do objeto de estudo, consideramos que a pesquisa deve contribuir de maneira sistemática para a compreensão e esclarecimento das questões educativas e sociais da inclusão do aluno com deficiência nos contextos educativos, culturais e sociais, com a participação do professor de apoio especializado.

O presente estudo faz uma revisão sistemática da literatura pertinente ao tema do saber e fazer do professor de apoio especializado, suas práticas pedagógicas inclusivas e sua importância no processo de inclusão escolar dos alunos com deficiência, pautado nos objetivos específicos de analisar e desenvolver um diagnóstico sobre a atuação do professor de apoio

especializado referente ao aluno com deficiência e o processo de inclusão, de forma a identificar práticas em sala de aula para o desenvolvimento e acolhimento do aluno com deficiência.

A revisão de literatura é um termo genérico, compreendendo uma junção de trabalhos publicados que oferecem um exame da literatura, possibilitando uma compreensão ampla de estudos específicos sobre o tema, sendo possível encontrar diversas abordagens em diferentes artigos. Com regras e objetivos específicos, trata-se de uma modalidade de pesquisa que segue protocolos para promover a logicidade dos documentos analisados (GALVÃO; RICARTE, 2019).

Este trabalho de pesquisa pretende responder à seguinte pergunta: qual a importância do saber e fazer do professor de apoio especializado na promoção da inclusão dos alunos com deficiência? Consideramos para esta pesquisa os alunos com deficiência que necessitem do professor de apoio especializado para facilitação do processo de inclusão escolar, buscando na revisão sistemática elementos de práticas que desenvolveram o processo de aprendizagem.

A base de dados da pesquisa foi o Google Acadêmico, onde buscamos artigos científicos publicados a partir de 2018 que trouxessem as práticas do professor de apoio e a inclusão escolar como temáticas. O Google Acadêmico é uma ferramenta virtual que coleta e rastreia dados na internet, possibilitando um panorama de diversos assuntos de forma gratuita, sendo possível consultar um arcabouço de informações de maneira democrática e com fácil acesso. Foram analisados os artigos e dissertações acerca do tema com as seguintes palavras-chave: professor de apoio especializado, inclusão, Educação Especial, tecnologia assistiva, Educação Inclusiva.

4 RESULTADOS

A pesquisa tem como um dos principais pontos refletir sobre os conhecimentos relacionados ao universo de propostas e acontecimentos direcionados às práticas e análises oriundas de saberes diversos sobre a inclusão no território brasileiro, tendo como suporte teórico os referenciais da Educação Inclusiva, Educação Especial e os estudos relacionados à atuação do professor de apoio especializado. A partir da investigação, buscamos compreender as práticas pedagógicas dos professores, em especial dos professores de apoio especializado, tendo como critério a formação específica em Educação Especial ou Educação Inclusiva, através de levantamento bibliográfico. Nesta proposta, os eixos da pesquisa baseiam-se na construção do saber e do fazer do professor de apoio especializado na inclusão e no desenvolvimento do aluno com deficiência. Pesquisar nesta perspectiva se transforma em construção, possibilita imergir no conhecimento, aprendendo sobre diferentes análises e pensamentos, teorizando práticas, construindo saberes, ampliando possibilidades e realidades e contribuindo para novos saberes científicos, misturando a teoria e a prática.

Propõe-se refletir a trajetória formativa/profissional de professores de apoio especializado, entendendo suas práticas inclusivas e sua importância para a inclusão e o desenvolvimento no aprendizado dos alunos com deficiência, buscando uma construção com os saberes educacionais e com os educadores. Assim, pretende-se reforçar a importância do professor de apoio para alunos com deficiência e a construção dos conhecimentos pautados em sua trajetória nas salas de aula de ensino regular e baseados no seu saber e fazer pedagógico, colaborando para o processo de aprendizagem do aluno com deficiência e para a inclusão de forma generalizada, de maneira sensível ao tema e às peculiaridades da prática, da qualificação do professor de apoio e da formação continuada no percurso de atuação no trabalho. Além disso, através da construção de um *e-book*, espera-se contribuir para aprimorar os conhecimentos de professores nas práticas inclusivas.

Nesse sentido, Ibiapina (2008) aponta que:

> [...] as práticas de investigação são substituídas por outras mais democráticas, em que o investigador deixa de falar sobre a educação, passando a investigar para a educação. Assim, o professor deixa de ser mero objeto, compartilhando com os pesquisadores a atividade de transformar as práticas, a escola e a sociedade, portanto as pesquisas deixam de investigar sobre o professor e passam a investigar com o professor, trabalhando na perspectiva de contribuir para que os docentes se reconheçam como produtores de conhecimento (IBIAPINA, 2008, p. 12).

Dentre os aspectos apresentados, é possível identificar que de fato os professores de apoio especializado contribuem com seu saber e fazer para o desenvolvimento do aluno com deficiência no processo de inclusão? A seguir, serão apresentadas algumas pesquisas realizadas acerca do papel do professor de apoio e da inclusão de alunos com deficiência:

Quadro 5 – Resumo dos artigos

ESTUDO	AUTORES	PONTOS ABORDADOS	PERIÓDICO
O papel do profissional de apoio no processo de inclusão escolar de alunos com deficiência física	TENÓRIO, L. L. A.; SANTOS, E. F.; BRITO, A. M. S.; SOUZA, J. C. S.	A nova configuração do professor especialista em Educação Especial.	Revista Educação Pública, v. 19, n. 20, 10 de setembro de 2019
Atendimento Educacional Especializado: estudo de caso das práticas educativas de professores de apoio na rede pública	PIRES, A. R. S.; OLIVEIRA, C. A. F.	Analisa as práticas educativas dos professores de apoio à inclusão na rede pública de ensino regular.	Revista Científica UNIFAGOC, 2020
Educação Inclusiva: a atuação do Professor de Apoio	MENDONÇA, A. A. D. S.; NETO, W. G.	Análise e reflexão a respeito do professor de apoio como coparticipante no processo de escolarização de crianças com deficiência dentro da escola inclusiva.	Poíesis Pedagógica, 2019
Política de Educação Especial e os Desafios de uma Perspectiva Inclusiva	NEVES, L. R.; RAHME, M. M. F.; FERREIRA, C. M. R. J.	Analisa os significados do documento Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva e sua relevância para a definição dos rumos da escolarização dos estudantes com deficiência no Brasil.	Educação & Realidade, 2019
O trabalho pedagógico do professor de apoio na inclusão de alunos com transtorno do espectro autista	BARBOSA, K. P.; PERES, C. P.; PRZYLEPA, M.	Análise do trabalho pedagógico realizado pelo professor de apoio na inclusão de alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA).	Revista Educação Especial em Debate, v. 5, n. 9, p. 131-148, jan./jun. 2020
Atitudes Sociais de Professores em Relação à Inclusão: Formação e Mudança	VIEIRA, C. M; OMOTE, S.	Examina especificamente as atitudes sociais em relação à inclusão e as possíveis intervenções para modificá-las.	Rev. Bras. Ed. Esp., Bauru, v. 27, 2021

Educação inclusiva: uma escola para todos	SILVA NETO, A. O.; ÁVILA, E. G.; SALES, T. R. R.; AMORIM, S. S.; NUNES, A. K. F.; SANTOS, V. M.	A inserção de alunos com deficiência nas escolas de ensino regular.	Revista Educação Especial, v. 31, n. 60, p. 81-92, jan./mar. 2018
A Educação Inclusiva e o Professor de Apoio	SILVA, A. F.; CARVALHO, L. O. F.	O papel do professor de apoio, a educação inclusiva, o ingresso dos alunos com necessidades educacionais especiais na escola comum.	REEDUC UEG, v. 7, n. 1, 2021
O professor regente e o professor de apoio em sala de aula inclusiva	SILVA, F. B.; ENDRES, M. C. A. G.; SANGALLI, M. T.	A importância do professor de educação especial trabalhando em parceria com o professor regente.	Braz. J. of Develop., Curitiba, v. 6, n. 9, 2020
Mediação escolar: sobre habitar o entre	VARGAS, T. B. T.; RODRIGUES, M. G. A.	Mapear processos intrincados no âmbito da mediação escolar realizada com crianças ditas autistas ou psicóticas.	Revista Brasileira de Educação, v. 23, 2018
Considerações acerca da tecnologia assistiva no cenário educacional brasileiro	CALHEIROS, D. S.; MENDES, E. G.; LOURENÇO, G. F.	Produção de conhecimento teórico e prático sobre tecnologia assistiva (TA) nos seus múltiplos contextos no Brasil.	Revista Educação Especial, 2018
Trabalho colaborativo entre os professores do ensino regular e da educação especial	CASAL, J. C. V.; FRAGOSO, F. M. R. A.	Conhecer como é que os professores de educação especial e do ensino regular cooperam entre si.	Revista Educação Especial, v. 32, 2019

Fonte: Autoral (2023).

4.1 Estudo 1: O papel do profissional de apoio no processo de inclusão escolar de alunos com deficiência física

Tenório *et al.* (2019) trazem neste artigo, “O papel do profissional de apoio no processo de inclusão escolar de alunos com deficiência física”, a atual política inclusiva no Brasil, enfatizando que a inclusão necessita de mudanças significativas para que cumpra o seu papel de possibilitar o aprendizado para todos. Segundo os autores, para que os objetivos sejam contemplados se torna necessário um olhar individual sobre o aluno e suas reais necessidades, o que implica na modificação da estrutura física e na provisão de recursos de tecnologia assistiva, a fim de favorecer as atividades escolares.

A base do artigo são as atribuições do profissional de apoio no processo de inclusão escolar, respaldadas pelos documentos da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva Inclusiva, demonstrando a diferença entre os profissionais que acompanham os alunos com deficiência. Neste sentido, mostra que, apesar de o profissional de apoio mencionado pelo documento estar no processo de inclusão do aluno com deficiência física, seu trabalho não envolve o ensino dos conteúdos escolares, e sim os cuidados de higiene, locomoção e alimentação.

O desenvolvimento da pesquisa foi de grande relevância, demonstrando que o tema conduz a uma forte reflexão sobre o fato de que a política nacional, no que diz respeito ao profissional de apoio em salas de aula comuns, não leva em consideração apoios pedagógicos, e a temática precisa ser muito discutida, considerando que também este profissional tem sua relevância. O estudo também aponta a história da educação no Brasil destinada à pessoa com deficiência, marcada por processos de segregação e exclusão social, nos quais a Educação Especial estava baseada em um modelo médico, um sistema paralelo e segregado de ensino, com pouca ênfase na dimensão pedagógica.

Acerca de como a deficiência é mostrada no artigo, os autores afirmam que o aluno com deficiência física necessita que sejam viabilizadas condições adequadas à sua locomoção, comunicação, conforto e segurança, e que o acesso ao currículo necessita de recursos que facilitem o desempenho dos alunos para as atividades escolares, utilizando a tecnologia assistiva, de forma que os professores promovam a estes alunos acesso ao conhecimento com uso de: comunicação aumentativa e alternativa para atender às necessidades dos educandos com dificuldades de fala e escrita; adequação de materiais didático-pedagógicos às necessidades dos educandos, tais como engrossadores de lápis, quadro magnético com letras com ímã fixado e tesouras adaptadas, entre outros; desenvolvimento de projetos em parceria com profissionais da arquitetura, engenharia e técnicos em edificação para promover acessibilidade arquitetônica; adequação de recursos da informática, como teclado, mouse, ponteira de cabeça, programas especiais e acionadores, entre outros; uso de mobiliário adequado, o qual os professores especializados devem solicitar à respectiva secretaria de educação, conforme especificações de especialistas na área, como mesas, cadeiras e quadro, entre outros, bem como recursos de auxílio à mobilidade, como cadeiras de roda e andadores (BRASIL, 2007).

O artigo aponta que a presença do profissional de apoio no ambiente escolar brasileiro é um fato recente e que ainda existem poucas pesquisas que abordem o tema, havendo um número reduzido de publicações científicas referentes ao trabalho deste profissional, enfatizando que os documentos da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva

Inclusiva abordam o tema de maneira breve, e que a Resolução CNE/CEB nº 2/2001, que institui as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, anuncia um serviço de apoio pedagógico realizado em sala de aula comum mediante a atuação colaborativa de professor especializado em Educação Especial, apontando a presença de um profissional para apoiar o professor na sala de aula comum, no que se refere ao processo de ensino-aprendizagem dos alunos da Educação Especial.

4.2 Estudo 2: Atendimento Educacional Especializado: estudo de caso das práticas educativas de professores de apoio na rede pública

Em 2020, Pires e Oliveira concluíram seu estudo "Atendimento Educacional Especializado: estudo de caso das práticas educativas de professores de apoio na rede pública", tendo como objetivo analisar as práticas educativas de professores de apoio à inclusão na rede pública de ensino regular. Para tal foi realizado um estudo de caso em uma escola estadual em Cataguases, com uma turma do 9º ano do Ensino Fundamental II, na qual um aluno com necessidades educacionais especiais recebia o acompanhamento de um professor de apoio.

Os autores citam que o professor de apoio tem a função de facilitar e mediar acesso ao conteúdo indicado pelo professor regente. Destacam que este profissional necessita ter uma formação específica em Educação Especial, concluindo que a falta desta formação pode levar o aluno a ter muitos prejuízos e déficits de aprendizado, devido ao professor não possuir conhecimentos específicos sobre os transtornos e as deficiências, utilizando técnicas e métodos não adequados para mediar o conteúdo com o conhecimento prévio do aluno, destacando que a inclusão não é um ato meramente de convívio social.

Um dos pontos destacados na pesquisa é o de que são muito perceptíveis as evidências de que pessoas com necessidades educacionais ainda sofrem preconceito e discriminação, sendo um fator que dificulta seu desenvolvimento. Pesquisas têm mostrado o quanto a inclusão é importante e traz inúmeros benefícios, e que se ganhou muito com ela, beneficiando a todos. Para além dos ganhos sociais, os estudos apontam para ganhos cognitivos mediante a vivência com outras crianças, a diversidade de pessoas e a metodologia educacional utilizada na interação das crianças em diagnóstico, possibilitando a construção de conhecimento, a aceitação social e experiências, aumentando a autoestima dos alunos.

Com as leituras sobre o tema, construiu-se o questionamento sobre qual a formação necessária para um professor atuar como especialista no atendimento educacional especializado. A partir de um estudo de caso na Escola Estadual Astolfo Dutra, através de

entrevistas com um professor regente e com um professor do AEE, foi possível perceber as práticas e experiências vividas em sala de aula ou sala de recursos.

O artigo menciona a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão, conhecida como Estatuto da Pessoa com Deficiência, destinada a assegurar e promover, em condições de igualdade, direitos fundamentais, visando a inclusão social e a cidadania, mostrando a importância de olhar de forma individual e coadjuvante, observando as habilidades e dificuldades dos alunos, assim a escola passa a ser um local onde se encontram indivíduos singulares, com diferentes comportamentos, pensamentos e atitudes.

A inclusão não deve ser somente matricular o aluno com deficiência em uma escola regular, mas possibilitar ao aluno todos os meios para que possa desenvolver o aprendizado de forma singular, assegurando ao professor e à escola suporte para a conduta pedagógica com o auxílio de um profissional de apoio que realize a mediação, buscando meios para incluir o aluno em sala de aula, auxiliando nas atividades escolares e o inserindo na turma.

Os movimentos sobre a inclusão como processo social são muito amplos, acontecendo desde a década de 1950, quando a transformação da sociedade precisa garantir ao aluno com deficiência o desenvolvimento e recursos para que possa exercer sua cidadania, o que pressupõe que todos devem participar da vida acadêmica em escolas comuns e nas classes regulares, onde o trabalho do professor de apoio deve desenvolver o trabalho pedagógico, ao qual todos possam ter acesso e utilizar indiscriminadamente. Incluir uma criança com deficiência intelectual, física, visual, auditiva ou múltipla, com transtornos ou síndromes que apresentem necessidades educativas está muito além dos mobiliários e do nome no diário, não sendo um plano paralelo ao currículo: trata-se de dar o direito de aprender como qualquer criança da sua turma, realizando as tarefas e atividades, e de se sentir parte de um todo (CARVALHO, 1998).

Os resultados da pesquisa, realizada na Escola Estadual Astolfo Dutra, localizada na cidade de Cataguases - MG, analisaram e discutiram qual o preparo/conhecimento que os professores do Ensino Fundamental I possuem para lidar com os alunos com NEE em sala de aula, através de um estudo descritivo sobre as práticas dos professores de apoio à inclusão, relatando a contribuição para os avanços de seus alunos. Foi utilizado um questionário, e se concluiu que o professor de apoio, também chamado de professor auxiliar, e o professor regente necessitam ter conhecimentos específicos sobre educação inclusiva para trabalhar e ensinar os alunos com necessidades educativas, aprimorando novos entendimentos das práticas inclusivas. A pesquisa também apontou que existe uma grande defasagem na equipe pedagógica da escola, e que somente com profissionais capacitados e com especialização em Educação Inclusiva é que a inclusão acontecerá de forma efetiva, pois só assim seria possível promover o aprendizado

correto. Ainda existem muitas dificuldades quanto aos conhecimentos específicos sobre inclusão por parte dos professores e equipe escolar, faltam profissionais multidisciplinares nas escolas e há dificuldades de encaminhamento à rede de atendimento para acompanhamento com médico, psicólogo ou outro profissional da saúde ou educacional, sendo que em muitos casos os alunos não possuem laudo médico, dificultando a compreensão do tipo de deficiência. Foi percebido que os professores da escola regular demonstram algumas resistências no processo de inclusão para trabalhar com os alunos com deficiência, devido a inseguranças, fato que precisa ser encarado de forma natural, pois as mudanças demandam muitas vezes tempo para elaboração e se tornam um processo às vezes muito lento e também sofrido para todos os envolvidos, porém cabe destacar que mesmo diante das dificuldades das mudanças é possível transformar as realidades (CARVALHO, 1998).

4.3 Estudo 3: Educação Inclusiva: a atuação do professor de apoio

Mendonça e Neto, em seu artigo “Educação Inclusiva: a atuação do professor de apoio”, uma análise a respeito do professor de apoio como coparticipante no processo de inclusão e escolarização de crianças com deficiência, demonstram que muitas escolas ainda não sabem que podem contar com este profissional ou negligenciam a possibilidade de o aluno ter um professor para o acompanhar no seu processo de inclusão.

A pesquisa empírica foi realizada em uma escola estadual do município de Uberlândia - MG que possui professor de apoio numa sala de aula para um aluno com deficiência intelectual. Foi utilizado questionário respondido pelo professor de apoio cujo resultado evidenciou que o professor tem um papel docente fundamental e significativo para a aprendizagem do aluno com deficiência intelectual. O professor de apoio precisa ter parceria com o professor regente, necessitando ser um profissional habilitado ou especializado em Educação Especial, assim ele auxilia o aluno com deficiência tendo conhecimentos específicos, como códigos de linguagens e técnicas que permitem ao aluno o aprendizado dos conteúdos ensinados.

A pesquisa foi realizada no ano de 2013 em quatro escolas regulares de Educação Básica, do Ensino Fundamental, nas séries iniciais, composta de uma unidade escolar em cada segmento (municipal, estadual, federal – públicas – e particular) em que existiam alunos com deficiências intelectuais, relacionadas a uma síndrome ou não. Com um professor de apoio de um aluno com deficiência intelectual, matriculado na Escola Estadual Coronel José Teófilo

Carneiro, esta escola foi a única das quatro unidades pesquisadas que possuía este profissional atuante na sala de aula.

O professor de apoio em sua atuação pode ser considerado um profissional que dedica a sua atenção profissional ao aluno com necessidades especiais preferencialmente e está integrado em escolas de ensino regular, conceito também proposto para o professor de apoio da Escola Estadual Coronel José Teófilo Carneiro, em Uberlândia, instituição objeto deste estudo. O Guia de Orientação da Educação Especial da rede estadual de ensino de Minas Gerais (2013) estabelece as atribuições do professor de apoio à comunicação, linguagem e tecnologias assistivas, de forma colaborativa e com estratégias pedagógicas que favoreçam que o aluno tenha acesso ao currículo e à interação com o grupo, buscando adaptar o material pedagógico dos conteúdos trabalhados em sala de aula, desenvolvendo uma comunicação simbólica e alternativa, ampliando o vocabulário, garantindo a utilização de material específico de Comunicação Aumentativa e Alternativa (pranchas, cartões de comunicação, etc.) que atenda à necessidade comunicativa do aluno no espaço escolar. Além disso, o professor de apoio deve: identificar o melhor recurso de tecnologia assistiva que atenda às necessidades do aluno, de acordo com sua habilidade física e sensorial atual, e promova sua aprendizagem por meio da informática acessível; ampliar o repertório comunicativo do aluno por meio das atividades curriculares e de vida diária; orientar a elaboração de materiais didático-pedagógicos que possam ser utilizados pelos alunos na sala de aula; promover as condições para a inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais em todas as atividades da escola; orientar as famílias para o seu envolvimento e a sua participação no processo educacional; indicar e orientar o uso de equipamentos e materiais específicos e de outros recursos existentes na família e na comunidade (MINAS GERAIS, 2013, p. 17-18).

A pesquisa concluiu que, em comparação com os resultados verificados nas outras três escolas, se torna evidente que a presença e a atuação do docente de apoio aumentaram o desenvolvimento no aprendizado dos alunos com deficiência intelectual, assegurando progressos na aprendizagem, assim como a elevação da autoestima dos alunos que estavam acompanhados do professor de apoio, enquanto nas escolas que não possuíam este profissional os alunos não mantinham o interesse em sala de aula, eram desmotivados, dispersos e apresentavam sinais de ansiedade quanto aos conteúdos que não compreendiam.

O professor de educação física relata que o professor de apoio se mantém como um facilitador do aprendizado e considera que seu trabalho se torna essencial para o aprendizado da criança com deficiências múltiplas, incluindo a deficiência intelectual. O trabalho do

professor de apoio está embasado no Plano de Ensino Individualizado do aluno, traçando objetivos próprios e singulares para seu desenvolvimento.

Ao ser perguntado sobre como se sentia fazendo esta função, o professor de apoio descreveu: “me sinto como um facilitador do aprendizado e como principal responsável pelo desenvolvimento do ensino e aprendizagem de um aluno com deficiências múltiplas”, acrescentando que sua importância se daria no acompanhamento e desenvolvimento da escolarização desses alunos, o que exige estudo e preparo, visto que cada aluno é único e tem uma limitação específica. O professor de apoio não deve ser considerado o “salvador da pátria”, ou seja, ele não deve ser considerado o principal responsável pelo desenvolvimento do aluno, e sim um professor que auxilia o trabalho do professor regente (MENDONÇA, 2014, p. 108).

Cabe ressaltar que a atuação deste professor tem um diferencial, e se torna indispensável seu trabalho em parceria com o professor regente, sendo um interlocutor, possibilitando ao aluno com deficiência uma aprendizagem dos conteúdos ministrados. Assim, torna-se necessária e urgente a conscientização de todos os componentes da escola, desde os inspetores e administradores escolares, supervisores, coordenadores pedagógicos e principalmente professores, pois os alunos necessitam de profissionais que sejam educadores que desenvolvam uma educação na qual todos se beneficiem.

4.4 Estudo 4: Política de Educação Especial e os Desafios de uma Perspectiva Inclusiva

Neves, Rahme e Ferreira (2019), em seu estudo “Política de Educação Especial e os Desafios de uma Perspectiva Inclusiva”, analisam os significados do documento Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Inclusão (2008b), mostrando sua relevância para os rumos da escolarização dos alunos com deficiência no Brasil nos últimos dez anos, destacando a centralidade conferida pela política ao Atendimento Educacional Especializado (AEE) como complementar ou suplementar ao ensino regular, propondo uma interlocução com o discurso psicanalítico, a fim de problematizar o lugar do AEE e os movimentos segregadores. Neste sentido, a psicanálise denota que a proposta da inclusão está além de uma tendência meramente democrática e igualitária, passando pela noção de inconsciente do sujeito, levando as práticas pedagógicas para o sujeito do desejo, suas singularidades e a execução de práticas não estáticas: “para além do reducionismo da técnica, as práticas inclusivas alinhadas a esse discurso oferecem um lugar de enunciação no campo da palavra e da linguagem para que o sujeito possa ‘bem-dizer-se’ a partir de sua singularidade (LERNER; VOLTOLINI, 2015, p. 89).

Podemos perceber que a escola neste sentido está realizando o desenvolvimento pleno dos alunos, pois incluir também é cuidar, e os efeitos terapêuticos que a entrada na escola pode desencadear nas crianças com deficiência que apresentam quadros relacionados ao autismo são imensos, podendo ter uma melhora na interação, linguagem, comunicação e pensamento. Ressalta-se a possibilidade de que a experiência de entrada na escola potencialize o vínculo com o outro e com isto amplie o conhecimento escolar, cumprindo a função do educar como uma transmissão de marcas simbólicas, nomeando como Educação Terapêutica a aproximação do educativo com o clínico, possibilitando o laço social (KUPFER, 2000).

O artigo também discute os antagonismos que a proposição de uma educação inclusiva produz no ambiente escolar, visualizando os impasses presentes na constituição de vínculos educativos entre professores e alunos nesse contexto, destacando algumas limitações presentes no contexto educacional, como as condições de trabalho e os estereótipos relacionados às crianças consideradas diferentes, que podem levar a angústias e estranhamentos no processo, emergindo exclusões das subjetividades dos alunos (PRIOSTE, 2006).

Apoiados nesses aspectos de pessoas e sujeitos singulares na condição de especiais quanto às perspectivas vigentes de transmissão do desejo de saber numa proposta inclusiva, os estudos nos apontam para que seja analisada a inclusão através da Educação Especial e da PNEEPEI, sendo que suas práticas necessitam permitir o avanço na eliminação da lógica da exclusão e na garantia da inclusão escolar das pessoas com deficiência que leve à singularidade da pessoa.

É apresentada a educação inclusiva como um paradigma educacional apoiado na noção de direitos humanos e alinhado à construção de sistemas educacionais inclusivos, que necessitam de mudanças substanciais na cultura da escola e na sua estrutura, garantindo as especificidades dos alunos, gerando igualdade e diferença como valores indissociáveis, promovendo a superação das diferenças, confrontando práticas discriminatórias e criando alternativas para superar a exclusão. A PNEEPEI focaliza o acesso, a participação e a aprendizagem dos estudantes identificados como público-alvo da Educação Especial nas escolas regulares, as quais devem garantir:

> Transversalidade da educação especial desde a educação infantil até a educação superior; atendimento educacional especializado; continuidade da escolarização nos níveis mais elevados do ensino; formação de professores para o atendimento educacional especializado e demais profissionais da educação para a inclusão escolar; participação da família e da comunidade; acessibilidade urbanística, arquitetônica, nos mobiliários e equipamentos, nos transportes, na comunicação e informação; e articulação intersetorial na implementação das políticas públicas (BRASIL, 2008b, p. 14).

Com a PNEEPEI (2008b), o AEE passa a ter o caráter de apoio suplementar e/ou complementar aos processos educativos, ficando o AEE no centro da política e na operacionalização desse serviço, problematizando sua funcionalidade, pois apesar de reconhecer as mudanças necessárias para o processo de inclusão, estas estão em curso e ainda têm um longo percurso a ser cumprido, pois muitos questionamentos permeiam os sistemas de ensino sobre a inclusão, como a identificação dos alunos que devem ter acesso a esse serviço e em qual etapa escolar devem ser inseridos prioritariamente, atualmente tendo mais enfoque no primeiro ciclo do Ensino Fundamental nas salas de recursos. Esse reordenamento e implementação das políticas problematizam o serviço de apoio ao aluno com deficiência, gerando instabilidade e tendência à não percepção da complexidade dos fenômenos que envolvem a pessoa do aluno, levando a pensar que as dificuldades apresentadas são muito significativas no plano cotidiano e nos desafios junto ao professor (BAPTISTA, 2011).

As ideias discutidas no artigo corroboram com a afirmação de que a PNEEPEI se configura como um marco destacável na história brasileira da educação das pessoas com deficiência, todavia também existem contradições, provocando ilusões sobre a eliminação da exclusão educacional, levando a pensar nas possibilidades e movimentos com a efetivação de políticas públicas, a fim de dirimir possíveis ameaças à dignidade humana. Outro ponto importante e concreto diz respeito à efetivação da perspectiva inclusiva, propondo a articulação entre o professor de sala comum com o professor especializado, a fim de minimizar as diferenças e as práticas excludentes.

4.5 Estudo 5: O trabalho pedagógico do professor de apoio na inclusão de alunos com Transtorno do Espectro Autista

O artigo tem como objetivo analisar o trabalho pedagógico realizado pelo professor de apoio na inclusão de alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA) na Rede Municipal de Ensino em Maracaju, estado de Mato Grosso do Sul (MS), nos anos iniciais do Ensino Fundamental. Pereira Barbosa, Pereira Peres e Przylepa (2020) recorreram no estudo deste artigo à bibliografia direcionada ao tema e a um questionário semiestruturado entregue a cinco professoras de apoio.

O resultado da pesquisa demonstrou que o processo de inclusão dos alunos com TEA avançou de forma significativa, no entanto há falta de formação continuada na área da Educação Inclusiva, transferindo a responsabilidade da inclusão para os professores de apoio, demonstrando que a falta de formação de recursos pedagógicos e a ausência da família no

processo educacional resultam em uma caminhada solitária para o professor de apoio com os alunos que acompanha. A pesquisa tem quatro seções: conceituação do TEA; a inclusão a partir da legislação; o trabalho do professor de apoio; e uma análise da pesquisa de campo.

Pode-se analisar que a pessoa com TEA apresenta déficits na comunicação (linguagem verbal e não verbal), na interação social (relações sociais e interação) e comportamento de interesses restritos (movimentos estereotipados e repetitivos), o que forma a tríade caracterizadora do transtorno (DSM-V, 2014).

> (...) no ensino do aluno com o espectro autista, não há metodologias ou técnicas salvadoras. Há, sim, grandes possibilidades de aprendizagem, considerando a função social e construtivista da escola. Afinal, a escola necessita se relacionar com a realidade do educando (CUNHA, 2015, p. 49).

O aluno com TEA no processo de inclusão no ensino regular possui peculiaridades que precisam ser compreendidas, pois cada aluno possui singularidades. Dessa forma, se torna necessário criar estratégias e flexibilizar os currículos para atender aos alunos com qualidade e equidade, construindo saberes e competências para a nova modalidade de Educação Inclusiva capazes de atender de forma geral aos alunos, pois a inclusão é para todos, sendo importante considerar que o desempenho dos alunos com TEA nas escolas depende muito do transtorno – os níveis mais graves podem apresentar deficiência intelectual e necessitar de apoio constante, enquanto os alunos que apresentam traços de autismo ou nível médio podem acompanhar bem os conteúdos didáticos (SILVA, 2012).

Nesta análise, o professor de apoio necessita ser um profissional qualificado em Educação Inclusiva, atuando na sala de aula do ensino regular com alunos com TEA em parceria com o professor regente e o professor do Atendimento Educacional Especializado (AEE), cabendo ao professor de apoio elaborar e identificar quais recursos pedagógicos e de acessibilidade são necessários para derrubar as barreiras, eliminando empecilhos que levem à não inclusão, considerando as necessidades específicas dos alunos e complementando ou suplementando sua formação, baseado na construção da autonomia e independência na escola e também fora dela (BRASIL, 2008). Compete ao professor de apoio realizar o trabalho pedagógico de mediação com os alunos e professores regentes, auxiliando na adaptação dos conteúdos e nas metodologias de ensino com o aluno com deficiência e/ou transtorno e com os demais alunos na sala de aula, promovendo a inclusão como um todo e contribuindo com o desenvolvimento do atendimento institucional especializado.

Com o objetivo de compreender o trabalho pedagógico realizado pelo professor de apoio com alunos autistas, foi realizada uma pesquisa de campo na Rede Municipal de Ensino em Maracaju - MS. Responderam ao questionário cinco professoras de apoio que acompanham alunos com TEA em salas de aula do ensino regular, em instituições municipais diferentes.

Quadro 6 – Caracterização profissional das professoras de apoio

Professoras	Graduação	Especialização	Tempo de docência	Tempo como professora de apoio
A	Pedagogia	Educação Especial	8 anos	7 anos
B	Pedagogia	Educação Inclusiva	15 anos	6 anos
C	Pedagogia	Educação Especial	7 anos	5 anos
D	Pedagogia	Educação Especial	3 anos	1 anos
E	Pedagogia	Educação Especial	17 anos	1 anos

Fonte: Pereira Barbosa, Pereira Peres e Przylepa (2020).

Foi possível constatar que as professoras possuem tempos diversos de docência na Educação Básica, porém o tempo de experiência em sala de aula pode não ser suficiente para formação no atendimento especializado, por isso as professoras de apoio buscaram formação específica em Educação Inclusiva para acompanhar os alunos com TEA. Neste sentido, o atendimento especializado não está relacionado ao tempo de docência, e sim à articulação entre a prática e a formação continuada, e a inclusão dos alunos com TEA no ensino regular ocorre de forma que sejam envolvidos em todas as atividades que ocorrem em sala de aula e na escola, analisando em diálogo quais caminhos são necessários para que os alunos se sintam confortáveis, sendo tratados com igualdade, e para que todos sejam envolvidos no processo de inclusão, interagindo com os colegas e desenvolvendo autonomia, com a percepção de que todos os profissionais da escola trabalham de forma agradável para o desenvolvimento acadêmico e social de todos os alunos.

A Professora B relatou que em primeiro lugar há um diálogo com os pais, com os professores regentes, professores de apoio e da sala de recursos multifuncional para conhecer a história do aluno. Após concluírem sobre a dinâmica de vida do aluno, com base nas informações das conversas entre os profissionais e a família, este inicia na escola sendo acompanhado pela professora de apoio, que fará os caminhos junto com o aluno, o estimulando a interagir, buscando sua autonomia e superação dos desafios. Sendo assim, se torna importante conhecer o diagnóstico do aluno com TEA, seus comportamentos, sua história social, habilidades, potencialidades e dificuldades. A relação com o aluno com TEA se desenvolve

através da confiança, interagindo com ele da melhor forma, justifica a Professora D, mencionando que: “A relação com ele é a melhor possível. Já estou com ele há cinco anos, desde sua alfabetização até agora, no 5º ano. Com o tempo criamos um vínculo muito forte, e a confiança passou a fazer parte de um bom convívio educacional”.

Quanto à atuação dos professores regentes e de apoio em relação às trocas pedagógicas no atendimento à turma e aos alunos autistas, foi mencionado que não acontece uma relação entre as partes de forma regular e ativa, fato citado pelas Professoras C e E, visto que os professores regentes ainda possuem dificuldades para lidar com os alunos autistas, devido à falta de conhecimento, e nem sempre entendem suas limitações. A Professora C enfatiza a necessidade de conhecer e escutar o aluno, assim como as Professoras A, B e D, que relatam que a relação entre os professores precisa acontecer positivamente para que não aconteçam interferências e atropelos desnecessários em relação aos demais alunos. Ainda concluem que auxiliam todos os alunos sem distinção, quando os alunos que acompanham terminam as atividades propostas. A Professora B enfatiza que há pouco contato com os pais, dificultando o processo, quando chegam à escola ou em reuniões direcionadas: “Apesar de orientados e motivados a participarem juntamente com os filhos nas tarefas escolares e darem continuidade em casa ao trabalho das professoras, e acompanhá-los em outros momentos, mesmo com essa orientação os pais interagem bem pouco com a escola".

A direção da escola e a coordenação pedagógica participam de forma efetiva no processo de inclusão e colaboram com o atendimento especializado. Segundo a Professora C, a equipe pedagógica está sempre preocupada com os alunos com deficiência, desenvolve atitudes de cooperação e é prestativa, assim também como há uma boa relação entre professores de apoio e os alunos com TEA, estabelecendo vínculos. A pesquisa também mostra que é perceptível que os professores de apoio possuem conhecimentos pedagógicos, demonstram confiança e segurança e têm atuações muito positivas em suas intervenções com os alunos e os professores regentes que possuem dificuldades para lidar com alunos com TEA.

Cabe destacar que o aluno com deficiência não é aluno somente do professor de apoio, porém ainda muitos professores regentes não compreendem essa dinâmica e que seria importante a troca dos papéis entre os professores. Os alunos com TEA exigem especificidades no desenvolvimento escolar e na elaboração da rotina, necessitam lidar com uma organização do espaço físico e antecipação das atividades, com preparação e análises das situações para que se sintam acolhidos e compreendidos, para assim não gerar desregulação no comportamento, que, se houver, o professor precisa estar preparado para resolver.

A pesquisa demonstrou que é possível afirmar a importância do professor de apoio na escolarização e socialização dos alunos com TEA, mostrou os desafios de conhecer o diagnóstico e seus desdobramentos e as situações que enfrentam no processo de inclusão, diante da ausência de formação especializada dos profissionais da educação, da falta de recursos pedagógicos e da ausência da família e do trabalho colaborativo na escola.

4.6 Estudo 6: Atitudes Sociais de Professores em Relação à Inclusão: Formação e Mudança

Com o propósito de examinar as atitudes sociais em relação à inclusão, entendendo que o trabalho docente pode ser influenciado por diversas variáveis, Vieira e Omote escreveram o artigo "Atitudes Sociais de Professores em Relação à Inclusão: Formação e Mudança".

Todo ser humano constrói concepções, atitudes sociais, representações, crenças e expectativas em relação ao mundo e as pessoas a seu redor. Neste contexto, os professores levam para suas realidades de sala de aula as percepções inerentes a essas construções. Assim, a proposta do artigo é examinar as atitudes sociais em relação à inclusão e as possíveis intervenções para modificá-las. São discutidas eventuais conexões entre as atitudes sociais em relação à inclusão e as variáveis sociodemográficas dos professores. Alguns pontos abordados são: gênero, idade, área de formação e atuação, contato com os alunos da Educação Especial, sentimento de autoeficácia, entre outros. Propõem-se que a eficiência na construção da Educação Inclusiva depende do contexto sociopsicológico criado por professores genuinamente favoráveis à inclusão.

As atitudes sociais se compõem pelos eixos cognitivo, afetivo e comportamental (RODRIGUES *et al.*, 2007): o cognitivo diz respeito ao conhecimento sobre o objeto atitudinal, a representação cognitiva que o sujeito possui do objeto, como, por exemplo, as avaliações, julgamentos e crenças a respeito de algo ou alguém; o afetivo são os sentimentos favoráveis ou desfavoráveis ao objeto atitudinal, agregando afetos positivos ou negativos; e o comportamental refere-se às ações do sujeito ligadas ao objeto atitudinal, com as crenças e os sentimentos em relação a ele, sendo muito importante que os professores se tornem conscientes dos fatores que interferem em seus julgamentos em relação aos alunos e que afetam o desenvolvimento pedagógico, as avaliações e a interação social em sala de aula. Também é importante que os processos de formação possam construir novos olhares e mudanças de sentido pautadas no autoconhecimento, na construção de análises pertinentes à transformação do grupo e no desenvolvimento de condutas eficazes para o desenvolvimento escolar dos alunos nos processos de ensino que visem a diversidade.

É necessária uma ação mais eficaz, além da aquisição de conhecimento e dos recursos didáticos do professor, cabendo uma observação mais profunda da diversidade de alunos que compõem a classe. Assim, o professor precisa adquirir competências para lidar com diferentes situações sociais que surgem no ambiente escolar e em sala de aula envolvendo a questão da Educação Inclusiva. Os estudos sobre atitudes sociais mostram que os professores percebem que lhes falta o preparo adequado para atuar no ensino inclusivo e apontam a necessidade de capacitação continuada e investimento na sua formação inicial.

4.7 Estudo 7: Educação inclusiva: uma escola para todos

Com o objetivo de compreender o processo histórico da Educação Especial e da Educação Inclusiva, Silva Neto *et al.* (2018) apontam que a inclusão escolar plena não é uma tarefa fácil, se tornando necessária uma estruturação progressiva e uma mudança significativa no sistema educacional e na concepção de inclusão por parte de todos, profissionais escolares e sociedade, adaptando as escolas e as turmas para incluir, trazendo a interpretação clara de que todos são importantes. Com isto se torna possível um ciclo de condutas de valorização de uns para com os outros e para si mesmos.

A pesquisa demonstra que a Educação Especial surgiu quando a educação não era para todos, ainda era um privilégio de uma minoria econômica. A inclusão sempre foi um tema desafiador, e entender o contexto histórico da educação se torna muito importante para contextualizar os moldes da sociedade em determinada época. A Educação Inclusiva passa pela Educação Especial até chegar em seus moldes atuais, por isso é preciso voltar no tempo para compreender o processo histórico da educação de pessoas com deficiência, no qual ocorreram inúmeras atitudes de segregação. No Renascimento houve uma mudança, considerada o processo de transformação da mentalidade, no qual foi estabelecida outra concepção de anormalidade. Utilizando os conceitos da Medicina, surgiu a noção patológica que se aproxima do conceito dos dias atuais, marcando o início de um novo tratamento no século XVII, em que os deficientes, principalmente mentais, eram segregados, internados em orfanatos e manicômios. No período anterior ao século XIX, existiu a fase de exclusão, na qual as pessoas com deficiência e outras condições eram segregadas, tratadas como indignas, recebendo como punição serem sacrificadas por conta de sua deficiência.

Na segunda metade do século XX, em meados da década de setenta, as pessoas com deficiência foram integradas. Nesse momento se inicia a fase de integração, em que a pessoa com deficiência começa a ter acesso à classe regular. Porém, para que isto ocorresse, a pessoa

teria que se adaptar e não poderia causar transtornos ao ambiente escolar, ocorrendo uma mudança filosófica em direção à ideia de educação integrada, com as escolas abrindo suas portas para as pessoas com deficiência em classes comuns de ensino ou em ambientes menos restritos, porém sem modificações nas estruturas escolares ou no sistema de ensino (BLANCO, 2003).

Na década de 1990, os movimentos para uma Educação Inclusiva surgem com mais força, com a proposta de aplicação prática ao campo da educação a partir de um movimento mundial, denominado Inclusão Social. Então surge o termo Educação Inclusiva, e a sociedade inclusiva inicia sua construção mediante as experiências de inserção social a partir da década de oitenta em diversas partes do mundo, ocorrendo mudanças inclusive no Brasil: nas escolas, empresas, áreas de lazer, espaços urbanos, com a finalidade de que as pessoas com deficiência integrassem a sociedade com igualdade. Assim a Educação Especial caminhou para uma proposta mais inclusiva, levando o aluno com deficiência a pleitear condições iguais para seu desenvolvimento escolar. Porém se faz necessário pensar que a Educação Inclusiva se dá com o acesso e permanência do aluno na escola, onde a discriminação e a segregação são destituídas em sua forma e substituídas por procedimentos de identificação e remoção de barreiras.

Para se garantir uma sociedade efetivamente democrática, em que todos tenham os mesmos direitos, se torna imprescindível fazer da inclusão escolar uma realidade. A democracia pressupõe atender à maioria da sociedade e garantir o direito de todos. Uma sociedade só é democrática quando cada um de nós também for democrático, assim a sociedade inclusiva e a escola se tornam possíveis, pautadas nos direitos democráticos de todos, formando uma sociedade melhor não apenas para as pessoas com deficiências, mas uma sociedade muito mais digna para todos os cidadãos (NASCIMENTO, 2014).

4.8 Estudo 8: A Educação Inclusiva e o Professor de Apoio

No artigo “A Educação Inclusiva e o Professor de Apoio”, Silva e Carvalho apresentam uma ressignificação dos princípios e mudanças de paradigmas sobre a Educação Inclusiva, que precisa ser compreendida através da ótica social, cultural e institucional em relação ao contexto educativo.

A implementação de leis tem favorecido a inclusão educacional, assim como tem despertado a busca pelos direitos através das políticas educacionais, trazendo um novo formato de ensino-aprendizagem no cenário atual da educação. Contudo, há uma necessidade de formação dos professores, e a especialização e as novas práticas educativas tornam-se

indispensáveis nesse caso, considerando a diversidade dos alunos. As ações pedagógicas precisam são pautadas em práticas democráticas, na amplitude de relações entre conhecimentos científicos, culturais e sociais, visando a inclusão e respeitando as peculiaridades de cada um.

Percebe-se que os sistemas educacionais bem-sucedidos possuem suportes didáticos adequados, instalações acessíveis e profissionais especializados. O professor regente e o de apoio devem estar preparados, acreditar na capacidade de seus alunos e aprimorar suas práticas educativas, com o intuito de incentivar e tornar o educando mais autônomo. Do contrário, quando o sistema educacional não está qualificado para a inclusão, a independência do aluno e sua autonomia ficam comprometidas, pois o despreparo e a falta de conhecimento dos profissionais da educação geram instabilidade e desconhecimento das reais necessidades dos alunos.

Segundo a resolução que institui as Diretrizes Nacionais para Educação Especial na Educação Básica, § 2º do Art. 18, os professores especializados em Educação Especial precisam desenvolver competências para identificar as necessidades educacionais dos alunos e realizar atividades necessárias para seu desenvolvimento, buscando trabalhar em equipe para assim desenvolver o potencial do aluno em seu percurso escolar. Nesse contexto, o professor de apoio vem complementar, em relação aos estudantes com necessidades educacionais especiais, o trabalho do professor regente, reconhecendo as necessidades educacionais dos alunos e implementando respostas educativas para estas necessidades, utilizando práticas educativas alternativas.

É possível constatar que a educação inclusiva precisa englobar todos os indivíduos. Por essa razão, é necessário reestruturar as escolas e os profissionais, trazendo políticas inclusivas que sejam seguidas e caracterizem o papel de cada profissional no processo de inclusão. O professor de apoio se torna um profissional indispensável para a inclusão do aluno com deficiência e, junto com o professor regente, possibilita a inclusão, trabalhando em conjunto no espaço escolar. Dessa forma, o professor regente é o responsável pela formação e aprendizado de toda a turma, enquanto o professor de apoio é um agente mediador do desenvolvimento e aprendizado do aluno com deficiência, com conhecimentos específicos, sendo um profissional que presta atendimento educacional especializado ao aluno que precise de auxílio e mediação, auxiliando o professor regente e a equipe técnico-pedagógica da escola no trabalho com esses alunos.

4.9 Estudo 9: O professor regente e o professor de apoio em sala de aula inclusiva

Neste estudo, Silva *et al.* mostram a importância do professor de apoio trabalhando com o professor regente em parceria na sala de aula inclusiva, viabilizando a participação do aluno com Transtorno do Espectro Autista (TEA) no processo de ensino-aprendizagem. É apresentada uma análise do encontro do professor de apoio/educação especial com o professor regente, partindo da perspectiva da realidade da criança, buscando uma educação de qualidade.

O professor de apoio se torna um dos meios de inclusão, ao qual a legislação garante acesso para todos os estudantes com deficiência no ensino regular, trazendo requisitos em relação aos profissionais que atuam com a inclusão. O documento que rege o processo de inclusão escolar, a Política Nacional da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008), recomenda garantias de que haja inclusão escolar de alunos com deficiência e transtornos de desenvolvimento global e altas habilidades, para que estes tenham total acesso e participação ativa no processo de aprendizagem, em qualquer nível de ensino regular.

Neste cenário, o professor de apoio está em uma função ainda muito discutida, na qual seu papel em sala de aula é o atendimento ao aluno com deficiência, auxiliando o professor regente em todas as atividades escolares necessárias, facilitando o acesso dos alunos com deficiência aos conhecimentos e conteúdos curriculares, adequando as atividades pedagógicas e oferecendo recursos de acessibilidade quando necessário. O planejamento deve ocorrer junto com o professor regente, organizando estratégias e recursos a partir das necessidades específicas descritas no estudo de caso do aluno, e precisam ser observadas para o processo de inclusão a dupla Excepcionalidade e o Plano Educacional Individualizado (PEI).

Ao longo do estudo foi construída uma base teórica constatando a importância do professor de apoio e do regente para a inclusão do aluno com deficiência, especialmente para o aprendizado do aluno com TEA, atestando a importância do professor regente e do professor de apoio dentro do processo de inclusão escolar e da garantia dos direitos das crianças com deficiência no Brasil. A análise e as descobertas da pesquisa demonstram que os educadores e profissionais que acreditam na inclusão escolar estão sempre buscando inúmeras alternativas pedagógicas para seu educando. Porém ainda se faz muito necessário avançar na aplicação de políticas públicas que atendam e respeitem as suas especificidades, elaborando medidas específicas e ordinárias de atenção à diversidade, formação inicial e continuada dos professores, tendo como base a inclusão.

4.10 Estudo 10: Mediação escolar: sobre habitar o entre

No artigo “Mediação escolar: sobre habitar o entre”, Vargas (2018), pontua que o mediador escolar é aquele que acompanha o estudante durante o dia letivo. O mediador está entre a criança e as situações vivenciadas por ela, mediando situações e relações, tentando sanar as dificuldades do aluno, a fim de que ele possa usufruir do espaço escolar da melhor maneira possível, sempre em parceria com o professor regente.

Segundo aponta o estudo, o professor de apoio/mediador não deve ser substitutivo do professor regente, mas lhe dar apoio, sendo intermediário diante das situações que envolvem as questões comportamentais, pedagógicas, sociais, recreativas, de comunicação e de linguagem do aluno com deficiência, não traduzindo o ambiente pelo aluno, mas fazendo com que o estímulo seja perceptível e interpretado por ele mesmo. Destaca-se que:

> O mediador é aquele que no processo de aprendizagem favorece a interpretação do estímulo ambiental, chamando a atenção para os seus aspectos cruciais, atribuindo significado à informação recebida, possibilitando que a mesma aprendizagem de regras e princípios sejam aplicados às novas aprendizagens, tornando o estímulo ambiental relevante e significativo, favorecendo o desenvolvimento. O mediador pode levar a criança a detectar variações por meio da diferenciação de informações sensoriais, como visão, audição e outras; reconhecer que está enfrentando um obstáculo e identificar o problema. Pode também contribuir para que a criança tome mais iniciativa mediante diferentes contextos, sem deixar que este processo siga automaticamente e encorajar a criança a ser menos passiva no ambiente (MOUSINHO *et al.*, 2010, p. 94).

A mediação escolar ainda não é uma realidade para todas as escolas, porém sua prática encontra subsídio legal na Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (BRASIL, 2015) e na Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (BRASIL, 2012). Ainda que as legislações não citem o termo “mediação escolar”, ambas garantem à pessoa dita com deficiência um profissional de apoio escolar ou acompanhante especializado, devendo o poder público assegurar profissionais de apoio escolar, sendo direito da pessoa com TEA o acesso à educação e ao ensino profissionalizante.

A proposta para a prática do mediador aqui não inclui todo e qualquer tipo de mediação, mas aquela que provoca um acontecimento e se dá pelo encontro com o outro, pois as especificidades dos alunos são imensas, e cada pessoa que está inserida na escola possui suas particularidades. O mediador nesse sentido não se coloca como um “cuidador” do aluno com deficiência, mas um sujeito que assume a posição de quem reconhece a singularidade do outro. Portanto, a este profissional recomenda-se:

> Nunca aceitar a primeira resposta a esta pergunta, a resposta instituída. Portanto não é questão curá-lo, corrigi-lo, educá-lo, mas cuidar dele, o que significa aprender com ele, estar próximo, ser uma presença próxima, conectar-se com ele, aceitar ser um

> ponto de sua rede, deixar-se apanhar pela teia da aranha. A atitude é aracniana. A rede é um meio favorável. A aranha tece redes e cria circunstâncias. É preciso fazer rede e deixar-se enredar (PASSOS, 2016, p. 4).

4.11 Estudo 11: Considerações acerca da tecnologia assistiva no cenário educacional brasileiro

Calheiros *et al.* (2018), no artigo "Considerações acerca da tecnologia assistiva no cenário educacional brasileiro", trazem um estudo que traça considerações sobre a tecnologia assistiva na inclusão. A literatura tem indicado que ainda não há um uso efetivo e generalizado dos recursos de TA no contexto educacional no país, por inúmeras causas, como o nível de ensino, as características dos alunos e o domínio do uso pelos professores. Tecnologia assistiva compreende uma área do conhecimento que possui caráter de interdisciplinaridade, engloba produtos, recursos, metodologias, estratégias, práticas e serviços para promover a funcionalidade, contribuindo para a participação das pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, promovendo sua autonomia, interação, independência, primando por sua qualidade de vida e inclusão social.

O artigo pretende ampliar o debate acerca do desenvolvimento da área de tecnologia assistiva (TA) no contexto educacional brasileiro, visto que a TA ainda está em pouca evidência no momento e, embora seja importante, permanece pouco usada de forma geral, sendo percebidas grandes dificuldades quanto à compreensão do que vem a ser TA, às barreiras quanto ao acesso e à provisão dos recursos de TA e possivelmente à formação dos professores, assim como de todos os profissionais envolvidos no processo de inclusão. Neste sentido, percebemos que os cursos de formação inicial de professores ainda não abrangem conhecimentos específicos do trabalho docente para o uso de recursos de TA.

As práticas pedagógicas podem influenciar no aprendizado dos alunos com deficiência, e o uso da TA traz para o contexto escolar a construção de um ambiente inclusivo. Todavia, se entende que o professor não pode ser o único responsável por isoladamente buscar este conhecimento para que possa inserir a TA em sua prática, pois necessita que aconteçam mudanças nas práticas pedagógicas que impliquem em reinvenções e remodelação do sistema educativo e pedagógico, para muito além das ações pontuais dos professores, que, por sua vez, necessitam ser práticas efetivas e com capacitações contínuas, para assim o professor aprender a criar seus próprios recursos pedagógicos e inseri-los no desenvolvimento escolar do aluno com deficiência.

4.12 Estudo 12: Trabalho colaborativo entre os professores do ensino regular e da educação especial

Este estudo, “Trabalho colaborativo entre os professores do ensino regular e da educação especial”, de Casal e Fragoso (2019), traz a pretensão de conhecer a relação dos professores regentes e dos professores da Educação Especial cooperando entre si, analisando as expectativas que têm uns dos outros, quais dificuldades encontram no trabalho colaborativo e quais são as suas práticas de cooperação. A metodologia utilizou entrevistas através de um questionário, aplicado a uma amostra de 20 professores de Educação Especial e a outra de 20 professores do ensino regular.

De uma maneira geral, o estudo conclui que os professores de Educação Especial e do ensino regular estão desenvolvendo atitudes de cooperação e sentem utilidade nesta prática, mas que ainda percebem que precisam melhorar as relações entre si, derrubando os obstáculos colocados pela estrutura organizacional e através da comunicação entre profissionais. Existem evidências de que as escolas com práticas de cultura colaborativa são mais inclusivas. Estas escolas são também mais efetivas na resolução de problemas dos estudantes, indicando que o trabalho colaborativo entre docentes é um excelente espaço de trocas e de aprendizagem, possibilitando um encontro e reconstruindo ações. O trabalho docente necessita de articulação entre os alunos e os professores entre si, para gerar um curso de ação que resulta da negociação e articulação (LESSARD, 2009). Portanto, há necessidade de que a relação entre os professores titulares de turma e os professores de Educação Especial seja concretizada e efetivamente aconteça para a prática inclusiva.

Percebemos que as opiniões dos professores sobre cooperação são coincidentes, ambos acreditam na importância de práticas colaborativas, e para os de Educação Especial existem razões relacionadas com a melhoria da intervenção educacional. Os professores regentes relacionam a importância dos conhecimentos, buscando de forma mais efetiva conhecer sobre os alunos com necessidades educacionais especiais. Os dois tipos de professor percebem cooperação nas escolas, no planejamento e na intervenção junto à criança com necessidades especiais, na qual a busca pela criação de condições para a cooperação é necessária para o trabalho em conjunto, com reconhecimento, reflexões e estudos. Os professores ainda dizem que existe carência de organização nas escolas para melhorar a comunicação entre os profissionais de forma geral no trabalho em equipe e acreditam que tal ação só acontece com a participação individual, mas as percepções mudam em relação ao grupo, pois os professores de Educação Especial valorizam os colegas do ensino regular, mas o inverso não acontece, pois os

regentes escolhem como primeiro componente o psicólogo, a equipe multidisciplinar e depois os professores da Educação Especial, ainda referindo que suas próprias vivências de cooperação são pouco significativas no grupo de professores da Educação Especial, se limitando à troca de informações. Porém, os professores de apoio esperam dos professores regentes colaboração e disponibilidade para avaliação e atuação junto ao alunos com deficiência e esperam poder colaborar. Em suma, as práticas de cooperação são mais significativas no grupo de professores de Educação Especial.

O estudo mostra que os professores do ensino especial e do regular possuem atitudes de colaboração, mas que ainda não são suficientes para as necessidades impostas no percurso da inclusão dos alunos, e necessitam aprimorar esta prática colaborativa e a comunicação entre eles e a escola, pois se percebe que os problemas podem estar na estrutura organizacional.

5 DISCUSSÃO

Dentro da pesquisa foi possível constatar que o conhecimento sobre a Educação Especial e Inclusiva caracteriza um dos pontos principais para a atuação do professor de apoio no contexto do desenvolvimento das práticas inclusivas. Sua prática precisa estar direcionada em um todo, perfazendo práticas cíclicas que compreendem não somente a deficiência, mas os impedimentos externos que geram as dificuldades dos alunos, entendendo que a inclusão diz respeito a tudo que está no ambiente e em todos. O professor de apoio especializado, em seu processo de atuação com os alunos com deficiência, irá precisar entender os motivos que impedem o aluno de se tornar incluído no contexto escolar e sua influência na mediação com o aluno e com o grupo escolar. Ainda estamos avançando nos documentos e literaturas referentes ao profissional de apoio especializado, e sua função está em percurso, tendo como maiores desafios conhecer o diagnóstico e seus desdobramentos, as situações que enfrentam no processo de inclusão diante da ausência de formação especializada dos profissionais da educação, a falta de recursos pedagógicos, a ausência da família e do trabalho colaborativo na escola, principalmente do professor regente, e um imenso descrédito sobre a capacidade do aluno com deficiência de se desenvolver e agir de forma autônoma.

O processo de formação do professor de apoio deveria ter uma regulamentação mais específica, baseada em leis ou na prática escolar, porém até o momento a exigência mais pontuada na formação profissional do professor de apoio é ser professor. Ainda não temos exigências quanto a este profissional ter especialização em Educação Inclusiva e Educação Especial. A formação vem de caráter voluntário e do interesse deste professor em se qualificar, porém o que seria ideal é que este profissional tivesse formação específica em inclusão.

As práticas pedagógicas dos professores de apoio são singulares e precisam respeitar as especificidades do aluno. Temos instrumentos que norteiam as ações, porém o currículo se torna flexível, cabendo observar as particularidades diárias do aluno. Podemos utilizar o Plano de Atendimento Individualizado, as tecnologias assistivas e materiais adaptados para assim possibilitar ao aluno com deficiência desenvolver habilidades próprias. A história de vida do aluno, a cultura e a própria deficiência precisam ser muito bem observadas, e, para desenvolver seu trabalho, o professor de apoio precisa desenvolver competências para identificar as necessidades educacionais, atuando nos processos de desenvolvimento e aprendizagem dos alunos.

O professor de apoio precisa ter parceria com o professor regente, necessitando ser um profissional habilitado ou especializado em educação especial, assim ele auxilia o aluno com

deficiência tendo conhecimentos específicos, como códigos de linguagens e técnicas que promovam o desenvolvimento do aluno. O processo de inclusão avançou de forma significativa, no entanto há falta de formação continuada na área da Educação Inclusiva, transferindo a responsabilidade da inclusão para os professores de apoio, demonstrando que a falta de formação de recursos pedagógicos e a ausência da família no processo educacional resultam em uma caminhada solitária para o professor de apoio com os alunos que acompanha. A sua formação se baseia em conhecimentos sólidos da Educação Inclusiva, porém as práticas são construídas de acordo com as especificidades dos alunos.

Os professores e a escola precisam pensar sobre como organizar a permanência do aluno na escola, o mobiliário, materiais, alimentação, rotina e todos os espaços que possam sugerir impedimentos, a fim de promover a eliminação das barreiras físicas e psicológicas para os alunos, sendo assim, podemos considerar que todos os aspectos são importantes e necessários. Cabe ressaltar que os aspectos psicológicos e emocionais dos alunos são um ponto de suma importância na análise cotidiana da escola, e o professor também precisa estar atento às demandas apresentadas pelos alunos, não criando hipóteses diagnósticas, mas tendo a sensibilidade de que as questões psicológicas e emocionais interferem no processo escolar, e as barreiras de comunicação e informação podem ser um entrave no processo de inclusão, gerando barreiras atitudinais que podem impedir ou prejudicar a participação social da pessoa com deficiência, gerando desigualdades e diminuição de oportunidades. Neste sentido, há um aspecto consolidador dos entraves para o processo de inclusão que muitas vezes pode ser avassalador para o estudante e para a família, podendo gerar barreiras no percurso do aluno, que terá diminuição no rendimento pedagógico por não encontrar acolhimento, desta forma fomentando ainda mais a exclusão, através de comportamentos de preconceito e discriminação da pessoa com deficiência.

6 CONCLUSÃO

A atuação dos professores de apoio especializado na escola tem acontecido de forma ainda não padronizada e com conflitos. Muito embora seja amplamente reconhecida a necessidade e a importância desse profissional no contexto escolar, sua função ainda está em processo e não tem uma nomenclatura única sendo reconhecida em território nacional ou internacional, e as condições de trabalho ainda são precárias no sentido de estabelecer seu lugar, assim como os critérios incipientes no processo seletivo e na formação inicial e continuada exigida.

Foram pontuadas muitas contribuições do papel do professor no processo de inclusão, tendo muitos pontos positivos no trabalho com o aluno, escola e famílias, sendo percebido como um profissional fundamental neste processo, colaborando de forma efetiva com a escola, que ainda está caminhando em um aprendizado para as práticas inclusivas. De forma individualizada, os professores buscam conhecer a Educação Especial e Inclusiva e se qualificam por interesse próprio, sem que seja uma exigência para ocupar o cargo. Ainda ocorrem poucas interações entre os professores sobre os saberes da Educação Especial e Inclusiva, sendo assim, se torna necessário viabilizar trocas e atitudes de colaboração por parte dos professores responsáveis pela inclusão de uma escola e dos professores regentes, sendo essa rede composta por profissionais especializados estabelecendo parcerias e diferentes estratégias de ensino, considerando sempre as especificidades do aluno.

Discutimos sobre o profissional de apoio e o professor de apoio, profissionais com atuações diferentes dentro da sala de aula. Suas práticas ainda têm causado muitos equívocos e conflitos dentro do processo de inclusão do aluno com deficiência nas escolas, muito provavelmente pela falta de legislação definindo o cargo de professor de apoio em âmbito nacional, visto que atualmente apenas a Resolução CNE/CEB nº 2 (Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica), de 2001, especifica a atuação de um profissional para apoio ao aprendizado do aluno com deficiência, mesmo existindo em alguns municípios o cargo de professor de apoio. Cabe ressaltar que as diferenças entre as duas funções está em sua prática, pois diante das leis e resoluções a nomenclatura se confunde, sendo importante destacar que o profissional de apoio tem a função de dar suporte ao aluno em sua condição e deficiência, como cuidados pontuais de higiene e alimentação, diferentemente do professor de apoio, que constrói um aprendizado com o aluno através de atividades pedagógicas, tendo uma relação para além do conteúdo e protocolos. O professor de apoio é um especialista em pessoas e singularidades e precisa estar atento às nuances muito particulares de cada aluno, utilizando práticas que

rompem barreiras e impedimentos, para além do cuidado, em uma tentativa de escutar para a vida, oferecendo sempre algo a mais para que o aluno se desenvolva, contribuindo de forma significativa com acolhimento, vínculos saudáveis e positivos, utilizando recursos pedagógicos ou práticas inclusivas quando o aluno possuir necessidades educativas específicas, por não possuir autonomia e independência. Sendo assim, cabe ao professor de apoio dar suporte e acessibilidade ao processo educacional dos alunos com deficiência e ser um profissional qualificado, com formação acadêmica preferencialmente em Educação Especial e Inclusiva, de caráter contínuo.

Ainda temos poucos avanços em relação aos estudos da atuação do professor de apoio. Considera-se, então, que há muito a avançar em pesquisadas sobre o saber e fazer do professor de apoio no processo de inclusão e que diante do cenário apresentado é necessário investimento acadêmico na temática, com mais estudos e pesquisas para investigar as diversas realidades em todo o país, aprimorando cada vez mais a necessidade e importância deste profissional para a inclusão do aluno com deficiência. Desta forma, espera-se que este estudo desperte o interesse acadêmico para ampliar o tema, de maneira que alcance todos os profissionais pertencentes à escola e também a sociedade como um todo. O que se pretendeu com esta pesquisa foi trazer elementos para analisar o trabalho do professor de apoio e sua importância na inclusão de alunos com deficiência, destacando inúmeros pontos em que os alunos puderam se desenvolver de maneira mais eficaz e igualitária.

Pudemos observar as experiências da prática no cotidiano escolar em que os professores de apoio têm encontrado diversas dificuldades de ordem política, subjetiva e de colaboração em seu trabalho, possibilitando muitas vezes a incompreensão de sua prática e do discurso sobre a Educação Inclusiva e seus aspetos dentro da sociedade e da escola. Percebemos que sua função ainda se encontra em um estágio bastante embrionário, com poucas referências sobre seu funcionamento na prática. Diante disso, acreditamos que ainda precisamos de intervenções pontuais, entendendo que são necessárias mais orientações legais e propostas políticas que garantam o direito do aluno com deficiência de ter um professor especializado disponível para entender suas especificidades sem que gere exclusões, visto que sua atuação favorece os alunos com deficiência, acompanhando e criando recursos para melhorar seu desempenho, superando suas dificuldades e buscando minimizar a distância do aluno com a escola.

Cabe destacar que o ensino colaborativo entre os professores regentes e de apoio estimula a troca de experiências e saberes, e que as práticas de colaboração entre os docentes se tornam extremamente relevantes, instrumentalizando ações para o cotidiano escolar nas

práticas inclusivas. Essas trocas colaborativas fortalecem o trabalho dos professores de apoio e regente.

Esperamos que este trabalho inspire outras pesquisas e que colabore para que o sistema de ensino como um todo fortaleça a compreensão e incite a importância desse profissional no processo de inclusão, trazendo reflexões, novos olhares e novos caminhos que possam ser construídos pelos professores de apoio junto ao aluno com deficiência e na inclusão. Muitas questões necessitam ser problematizadas e pontuadas, como o processo de modulação dos alunos, ou seja, como será direcionado o trabalho do professor em relação ao quantitativo de alunos que acompanha para garantir um trabalho de qualidade. Além disso, precisamos de mais políticas que garantam e regulamentem a função em território nacional, assim como documentos norteadores das práticas pedagógicas embasando o trabalho voltado para a inclusão, garantindo concursos públicos e formação específica em Educação Especial e Inclusiva, aumentando desta forma a quantidade de professores de apoio acompanhando alunos com deficiência.

É importante respeitar a lógica desse encontro do professor de apoio com o aluno com deficiência, considerando que sua prática está muito além da transmissão de conteúdos, mas na própria ação das especificidades dos alunos com deficiência, na qual este professor aprende a ter um olhar e uma escuta sensíveis, possibilitando na dinâmica de inclusão que os alunos se sintam pertencentes, vistos através de suas potencialidades e habilidades, sendo percebidos como indivíduos singulares e subjetivos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMARAL, L. A. **Pensar a Diferença/Deficiência**. Brasília: Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, 2001.

ARRUDA, M. A.; ALMEIDA M. **Cartilha da inclusão escolar**: Inclusão Baseada em Evidências Científicas. Rio Preto: ABDA, 2014.

BAPTISTA, C. R. Ação Pedagógica e Educação Especial: a sala de recursos como prioridade na oferta de serviços especializados. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Bauru, v. 17, p. 59-76, maio/ago. 2011.

BLANCO, R. **Aprendendo na diversidade**: Implicações educativas. Foz do Iguaçu: 2003. Disponível em: http://entreamigos.org.br/sites/defaut/files/textos/Aprendendo%20na%20Diversdade20%20Implica%-C3%A7%C3%B5es%20Educativas.pdf. Acesso em: 08 de mar de 2022.

BOOTH, T.; AINSCOW, M. **Index for Inclusion**. Bristol: CSIE, 2002.

BRASIL. Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos. **Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos**. Brasília, DF: Secretaria Especial dos Direitos Humanos/MEC, 2006.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Resolução n. 1, de 18 de fevereiro de 2002**. Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, define que as instituições de ensino superior devem prever em sua organização curricular formação docente voltada para a atenção à diversidade e que contemple conhecimentos sobre as especificidades dos alunos com necessidades educacionais especiais. Brasília: CNE/CP, 2002.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Resolução n. 2, de 11 de setembro de 2001**. Institui as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Brasília: CNE/CEB, 2001.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Resolução n. 4, de 02 de outubro de 2009**. Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação 175 Básica, define que as instituições de ensino superior devem prever em sua organização curricular formação docente voltada para a atenção à diversidade e que contemple conhecimentos sobre as especificidades dos alunos com necessidades educacionais especiais. Brasília: CNE/CEB, 2009.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais**. 2ª ed. Brasília, DF: Corde, 1997.

BRASIL. **Decreto 3956/2001 de 08 de out. de 2001**. Promulga a Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência. Brasília, DF, 2001.

BRASIL. Decreto Lei 3.298 de 20 de dezembro de 1999. Regulamenta a Lei no 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências, DF: Presidência da República. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 1999.

BRASIL. Decreto Lei 319 de 23 de agosto de 1991. Estabelece o regime educativo especial aplicável aos alunos com necessidades educativas especiais. Revoga o Decreto-Lei n.º 174/77, de 2 de maio, e o Decreto-Lei n.º 84/78, de 2 de maio. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 1991.

BRASIL. Decreto Lei 911 de 06 de setembro de 1993. Institui a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, e dá outras providências, DF: Presidência da República. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 1993.

BRASIL. Decreto nº. 6.949, de 25 de agosto de 2009. Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007. **Diário Oficial da União. Brasília**, DF, 2009.

BRASIL. Lei 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 1996.

BRASIL. **Lei Federal nº 12.764/2012**. Institui a política nacional de proteção dos direitos da pessoa com transtorno do espectro autista. Brasília, DF, 2012.

BRASIL. Lei nº. 7.853 de 24 de outubro de 1989. Dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência - Corde, institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplina a atuação do Ministério Público, define crimes, e dá outras providências. DF: Presidência da República. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 1989.

BRASIL. Ministério da Educação. **Documento subsidiário à política de inclusão**. Brasília: MEC, 2005.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria do Ensino Fundamental. Secretaria de Educação Especial. **Parâmetros curriculares nacionais**. Adaptações curriculares. Estratégias para a 174 educação de alunos com necessidades educacionais especiais. Brasília: MEC/SEF/SEESP, 1998.

BRASIL. **Política nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva**. MEC, 2008.

BRASIL. **Política Nacional de Educação Especial**. Série Livro. Brasília, DF: MEC/SEESP, 1994.

CALHEIROS, D. S.; MENDES, E. G.; LOURENÇO, G. F. Considerações acerca da tecnologia assistiva no cenário educacional brasileiro. **Revista Educação Especial**, 31(60), 229–244, 2018. Disponível em: https://doi.org/10.5902/1984686X18825. Acesso em: 20 jun. 2023.

CARVALHO, R. E. **Temas em educação especial**. Rio de Janeiro: Editora WVA, 1998.

CASAL, J. C. V; FRAGOSO, F. M. R. A. Trabalho colaborativo entre os professores do ensino regular e da educação especial. **Revista Educação Especial**, 32, e58, 1-16, 2019. Disponível em: https://doi.org/10.5902/1984686X26898. Acesso em: 20 jun. 2023.

COUTINHO, C. **Metodologia de investigação em Ciências Sociais e Humanas**: Teoria e prática. Almedina, 2011.

CUNHA, E. **Autismo na escola**: um jeito diferente de aprender, um jeito diferente de ensinar. São Paulo: Wak, 2015.

JANNUZZI, G. M. **A educação do deficiente no Brasil**: dos primórdios ao início do século XXI. Campinas: Autores Associados, 2004.

KUPFER, M. C. M. **Educação para o Futuro**: psicanálise e educação. São Paulo: Escuta, 2000.

LESSARD, C. O Trabalho docente, a análise da actividade e o papel dos sujeitos. **Sísifo**: Revista de Ciências da Educação. Lisboa: n. 9, p. 119-127, 2009.

MENDONÇA, A. A. D. S.; NETO, W. G. Educação Inclusiva: a atuação do Professor de Apoio. **Poíesis Pedagógica**, Goiânia, v. 17, n. 1, p. 111–125, 2019. DOI: 10.5216/rppoi.v17i1.57909. Disponível em: https://periodicos.ufcat.edu.br/poiesis/article/view/57909. Acesso em: 29 jun. 2023.

MENDONÇA, M. M. Retardo Mental. *In*: FONSECA, L. F.; PIANETTI, G.; XAVIER, C. C. (org.). **Compêndio de Neurologia Infantil**. Editora Médica e Científica Ltda. (MEDSI). Belo Horizonte: 2002.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais. Subsecretaria de Desenvolvimento da Educação Básica. **Guia de Orientação da Educação Especial na rede estadual de ensino de Minas Gerais**. 2013. Disponível em: https://www.google.com.br/#q=Guia+d e+Orienta%C3%A7%C3%A3o+da+Ed uca%C3%A7%C3%A3o+Especial+na+ rede+estadual+de+ensino+de+Minas+Gerais.+. Acesso em: 01 mai. 2023.

MOUSINHO, R. et al. Mediação escolar e inclusão: revisão, dicas e reflexões. **Revista Psicopedagogia**, São Paulo: Associação Brasileira de Psicopedagogia, v. 27, n. 82, 2010. Disponível em: Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-84862010000100010&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 02 out. 2022.

NASCIMENTO. L. B. P. **A importância da inclusão escolar desde a educação infantil**. 2014. 49 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Pedagogia). Departamento de Educação – Faculdade Formação de Professores. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. 2014.

NUNES, V. L. M.; MANZINI, E. J. Concepção do professor do ensino comum em relação à aprendizagem, currículo, ensino e avaliação do aluno com deficiência intelectual. **Revista Educação Especial**, 33, 1-20, 2020.

ONU. **Convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência**. Assembleia Geral das Nações Unidas, 2006.

PASSOS, E. Inadaptação e normatividade. *In*: **Mesa-Redonda Clínica, Encontro Internacional Fernand Deligny, com, em torno e a partir das tentativas**. Rio de Janeiro: PUC-Rio, 25 ago. 2016.

PEREIRA BARBOSA, K.; PEREIRA PERES, C.; PRZYLEPA, M. O trabalho pedagógico do professor de apoio na inclusão de alunos com transtorno do espectro autista. **Revista Educação Especial em Debate**, 5(9), 2020. Disponível em: https://periodicos.ufes.br/reed/article/view/31597. Acesso em: 20 jun. 2023.

PIRES, A. R. S.; OLIVEIRA, C. A. F. Atendimento educacional especializado: estudo de caso das práticas educativas de professores de apoio na rede pública. **Revista Científica UNIFAGOC**, vol. V, n. 2, 2020.

PRIOSTE, C. D. **Diversidade e Adversidades na Escola**: queixas e conflitos de professores frente à educação inclusiva. 2006. 174 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

RODRIGUES, A.; ASSMAR, E. M. L.; JABLONSKY, B. **Psicologia social**. Vozes, 2007.

SANCHES, I. **Em busca de indicadores de educação inclusiva**. Edições Universitárias Lusófonas, 2011.

SANCHES, I. Em busca de indicadores de educação inclusiva: práticas de colaboração do professor de apoio educativo com o professor da turma que "inclui" alunos considerados com necessidades educativas especiais. **REP - Revista Espaço Pedagógico**, v. 19, n. 1, 102-120, 2012.

SASSAKI, R. K. Entrevista. *In*: **Revista Integração**, Brasília, v. 8, n. 20, p. 8-10, ago. 1998.

SILVA NETO, A. O.; ÁVILA, É. G.; SALES, T. R. R.; AMORIM, S. S.; NUNES, A. K. F.; SANTOS, V. M. Educação inclusiva: uma escola para todos. **Revista Educação Especial**, 31(60), 81-92, 2018. Disponível em: https://doi.org/10.5902/1984686X24091. Acesso em: 10 jun. 2023.

SILVA, A. B. B.; GAIATO, M. B.; REVELES, L. T. **Mundo singular**: entenda o autismo. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012.

SILVA, A. F. S.; CARVALHO, L. O. F. A Educação Inclusiva e o Professor de Apoio. **REEDUC – Revista de Estudos em Educação**, v. 7, n. 1, 2021.

SILVA, F. B.; ENDRES, M. C. A. G.; SANGALLI, M. T. O professor regente e o professor de apoio em sala de aula inclusiva / Regent teacher and support teacher in inclusive classroom. **Brazilian Journal of Development**, 6(9), 64395–64406, 2020. Disponível em: https://doi.org/10.34117/bjdv6n9-031. Acesso em: 23 jun. 2023.

SILVA, K. F. W.; MACIEL, R. V. M. Inclusão escolar e a necessidade de serviços de apoio: como fazer? **Revista Educação Especial**, (26), 107-115, 2011. Disponível em: https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/4405. Acesso em: 10 jun. 2023.

SILVA, K. F. W.; MACIEL, R. V. M. Inclusão escolar e a necessidade de serviços de apoio: como fazer? Centro de Educação da UFSM/RS. **Revista Educação Especial**, 26, 107-115, 2005.

STAINBACK S.; STAINBACK W. **Inclusão**: Um guia para Educadores. Porto Alegre: Artmed, 1999.

TENÓRIO, L. L. A.; SANTOS, E. F.; BRITO, A. M. S.; SOUZA, J. C. S. O papel do profissional de apoio no processo de inclusão escolar de alunos com deficiência física. **Revista Educação Pública**, v. 19, n. 20, 10 de setembro de 2019. Disponível em: https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/19/20/o-papel-do-profissional-de-apoio-no-processo-de-inclusao-escolar-de-alunos-com-deficiencia-fisica. Acesso em: 10 jun. 2023.

VARGAS, T. B. T.; RODRIGUES, M. G. A. Mediação escolar: sobre habitar o entre. **Revista Brasileira de Educação**, v. 23, e230084, p.1-26, 2018. Disponível em: https://doi.org/10.1590/s1413-24782018230084. Acesso em: 23 jun. 2023.

VIEIRA, C. M; OMOTE, S. Atitudes Sociais de Professores em Relação à Inclusão: Formação e Mudança. **Rev. Bras. Ed. Esp**., Bauru, v. 27, 2021.

VOLTOLINI, R. Miséria Ética na Educação Inclusiva: por uma inclusão política mais do que social. **Educação**, Porto Alegre, v. 38, n. 2, p. 222-229, mai./ago. 2015.